

Terra Santa
Agro S.A.

**Informações contábeis
intermediárias em
31 de março de 2019**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre a revisão das informações contábeis intermediárias	3
Balancos patrimoniais	5
Demonstrações dos resultados	6
Demonstração dos resultados abrangentes	7
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto	9
Demonstrações do valor adicionado	10
Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias	11



KPMG Auditores Independentes
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais - ITR

Aos Acionistas, aos Conselheiros e aos Administradores da
Terra Santa Agro S.A.
São Paulo – SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Terra Santa Agro S.A. (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 31 de março de 2019, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração dessas informações contábeis intermediárias de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* - IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - *Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade* e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.



Conclusão sobre as informações intermediárias individuais e consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34, emitida pelo IASB aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros Assuntos - Demonstrações do valor adicionado

As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, relativas às demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2019, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, apresentadas como informação suplementar para fins da IAS 34, foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais - ITR da Companhia. Para a formação de nossa conclusão, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

São Paulo, 7 de maio de 2019

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Ulysses M. Duarte Magalhães
Contador CRC RJ-092095/O-8

Terra Santa Agro S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de março de 2019 e 31 de dezembro de 2018

(Em milhares de reais)

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado	
		31.03.2019	31.12.2018	31.03.2019	31.12.2018
Circulante					
Caixas e equivalentes de caixa	3	35.884	23.061	35.912	30.677
Contas a receber de clientes	4	87.422	16.976	87.726	17.111
Títulos a receber	5	6.270	4.814	20.408	20.571
Instrumentos financeiros derivativos	23	2.017	2.647	2.017	2.647
Estoques	6	186.266	337.275	206.204	339.835
Ativos biológicos	7	203.409	225.252	203.409	225.252
Tributos a recuperar	8	14.470	12.850	17.571	16.841
Despesas antecipadas		3.137	468	3.313	658
Outros ativos		2.020	1.437	2.024	1.448
Ativos não circulantes mantidos para venda	9	2.934	2.934	2.934	2.934
Total do ativo circulante		543.829	627.714	581.518	657.974
Não circulante					
Títulos a receber	5	11.595	9.826	13.450	9.833
Tributos a recuperar	8	54.363	57.547	88.887	91.204
Tributos diferidos	10	202.852	186.538	202.852	186.538
Depósitos judiciais	21	3.613	3.508	22.344	21.998
Adiantamentos para futuro aumento de capital	11	368	356	-	-
Outros ativos		15.483	15.420	15.483	15.420
Total do realizável a longo prazo		288.274	273.195	343.016	324.993
Propriedade para investimento					
Investimentos	13	4.586	4.717	4.586	4.717
Direitos de uso dos ativos	12	1.243.061	1.221.246	-	-
Imobilizado	14	179.521	-	179.521	-
Intangível	15	194.830	208.937	1.041.431	1.060.842
	16	921	998	276.407	276.483
Total do ativo não circulante		1.911.193	1.709.093	1.844.961	1.667.035
Total do ativo		2.455.022	2.336.807	2.426.479	2.325.009

Passivo e patrimônio líquido	Nota	Controladora		Consolidado	
		31.03.2019	31.12.2018	31.03.2019	31.12.2018
Circulante					
Salários e contribuições sociais		10.252	8.520	10.286	8.557
Fornecedores	17	231.262	192.460	231.264	192.461
Arrendamentos a pagar	14	36.436	13.251	36.436	13.251
Tributos a recolher		14.487	9.263	17.827	11.069
Empréstimos e financiamentos	18	312.355	318.694	313.544	319.781
Tributos parcelados	20	5.335	5.322	6.459	6.943
Adiantamentos de clientes	19	36.673	144.635	36.783	146.695
Instrumentos financeiros derivativos	23	775	3.951	775	3.951
Títulos a pagar		11.081	7.389	11.140	7.426
Total do passivo circulante		658.656	703.485	664.514	710.134
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	18	543.275	559.912	546.336	562.974
Arrendamentos a pagar	14	136.037	-	136.037	-
Mútuos	11	112.764	86.499	-	-
Tributos parcelados	20	17.835	18.823	20.612	21.665
Títulos a pagar		1.518	1.468	3.008	2.959
Tributos diferidos	10	-	-	73.027	62.642
Provisão para demandas judiciais	21	26.301	24.630	26.301	24.630
Provisão para perdas em investimentos	12	1.992	1.985	-	-
Total do passivo não circulante		839.722	693.317	805.321	674.870
Total do passivo		1.498.378	1.396.802	1.469.835	1.385.004
Patrimônio líquido					
Capital social	22	2.707.502	2.707.502	2.707.502	2.707.502
Ajustes de avaliação patrimonial	23.h	(86.913)	(108.876)	(86.913)	(108.876)
Prejuízos acumulados		(1.663.945)	(1.658.621)	(1.663.945)	(1.658.621)
Total do patrimônio líquido		956.644	940.005	956.644	940.005
Total do passivo e do patrimônio líquido		2.455.022	2.336.807	2.426.479	2.325.009

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Terra Santa Agro S.A.

Demonstrações dos resultados

Períodos de três meses findos em 31 de março de 2019 e 2018

(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2019	2018 (reapresentado)	2019	2018 (reapresentado)
Receita líquida de vendas	25	307.550	279.707	307.260	288.479
Varição do valor justo dos ativos biológicos e produtos agrícolas	26	77.029	52.074	94.680	71.164
Realização do valor justo dos ativos biológicos	26	(121.848)	(89.263)	(121.848)	(89.263)
Custo dos produtos vendidos	26	<u>(253.947)</u>	<u>(231.780)</u>	<u>(241.249)</u>	<u>(232.341)</u>
Lucro bruto		8.784	10.738	38.843	38.039
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas com vendas	26	(7.648)	(5.541)	(7.648)	(5.541)
Despesas gerais e administrativas, incluindo armazenagem	26	(11.002)	(11.337)	(11.630)	(11.977)
Remuneração dos administradores	24	(3.097)	(2.914)	(3.097)	(2.914)
Resultado de equivalência patrimonial	12	22.778	18.159	-	-
Provisão para perdas em investimentos	12	(7)	(11)	-	-
Reversão (perda) por redução ao valor recuperável de recebíveis	26	62	18	(174)	18
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	26	<u>(2.197)</u>	<u>1.475</u>	<u>334</u>	<u>867</u>
		<u>(1.111)</u>	<u>(151)</u>	<u>(22.215)</u>	<u>(19.547)</u>
(Prejuízo) lucro antes do resultado financeiro e do imposto sobre a renda e da contribuição social		<u>7.673</u>	<u>10.587</u>	<u>16.628</u>	<u>18.492</u>
Resultado financeiro	27				
Receitas financeiras		466	9.397	699	9.901
Despesas financeiras		(33.111)	(28.898)	(30.588)	(27.890)
Derivativos, líquidos		3.682	472	3.682	472
Variações cambiais, líquidas		<u>(348)</u>	<u>4.476</u>	<u>(348)</u>	<u>4.454</u>
		<u>(29.311)</u>	<u>(14.553)</u>	<u>(26.555)</u>	<u>(13.063)</u>
(Prejuízo) lucro antes do imposto sobre a renda e da contribuição social		<u>(21.638)</u>	<u>(3.966)</u>	<u>(9.927)</u>	<u>5.429</u>
Imposto sobre a renda e contribuição social	10(b)				
Corrente		-	-	(1.326)	-
Diferido		16.314	43.126	5.929	33.731
(Prejuízo) lucro líquido do período		<u>(5.324)</u>	<u>39.160</u>	<u>(5.324)</u>	<u>39.160</u>
(Prejuízo) lucro líquido do período atribuível aos acionistas controladores da Companhia		<u>(5.324)</u>	<u>39.160</u>	<u>(5.324)</u>	<u>39.160</u>
(Prejuízo) lucro por ação ordinária: Básico e diluído - em R\$	29			<u>(0,2972)</u>	<u>2,1860</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Terra Santa Agro S.A.

Demonstração dos resultados abrangentes

Períodos de três meses findos em 31 de março de 2019 e 2018

(Em milhares de reais)

	Controladora e consolidado	
	2019	2018 (reapresentado)
(Prejuízo) lucro líquido do período	(5.324)	39.160
Outros resultados abrangentes:		
Itens a serem posteriormente reclassificados para o resultado		
Resultado líquido com instrumentos financeiros designados como <i>hedge accounting</i>	21.963	(2.001)
Imposto de renda e contribuição social sobre outros resultados abrangentes	-	-
Alteração no regime de tributação em 1ª de janeiro de 2018	-	(8.205)
	<hr/>	<hr/>
Outros resultados abrangentes, líquidos de imposto de renda e contribuição social	21.963	(10.206)
	<hr/>	<hr/>
Resultado abrangente total	16.639	28.954

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Terra Santa Agro S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Períodos de três meses findos em 31 de março de 2019 e 2018

(Em milhares de reais)

	Nota	Capital					Total do patrimônio líquido
		Capital social	Gastos com emissão de ações	Reservas de capital	Ajustes de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	
Saldo apresentado em 31 de dezembro de 2017		2.728.353	(20.851)	1.890	(15.926)	(1.701.546)	991.920
Impacto da adoção do CPC 48 / IFRS 9		-	-	-	-	(1.272)	(1.272)
Saldo apresentado em 1º de janeiro de 2018		2.728.353	(20.851)	1.890	(15.926)	(1.702.818)	990.648
Resultado abrangente do período							
Impacto da retificação de erros	2.2.1	-	-	-	-	1.146	1.146
Alteração no regime de tributação em 1º de janeiro de 2018					(8.205)	8.205	-
Lucro líquido do período		-	-	-	-	38.014	38.014
Outros resultados abrangentes do período		-	-	-	(2.001)	-	(2.001)
Total de resultados abrangentes do período, líquidos de impostos		-	-	-	(10.206)	47.365	37.159
Transações de capital							
Efeitos com plano de opções de ações reconhecidos no período		-	-	(567)	-	601	34
Total de transações de capital		-	-	(567)	-	601	34
Saldo reapresentado em 31 de março de 2018		2.728.353	(20.851)	1.323	(26.132)	(1.654.852)	1.027.841
Saldo apresentado em 31 de dezembro de 2018		2.728.353	(20.851)	-	(108.876)	(1.658.621)	940.005
Resultado abrangente do período							
Prejuízo do período		-	-	-	-	(5.324)	(5.324)
Outros resultados abrangentes do período		-	-	-	21.963	-	21.963
Total de resultados abrangentes do período, líquidos de impostos		-	-	-	21.963	(5.324)	16.639
Saldo em 31 março de 2019		2.728.353	(20.851)	-	(86.913)	(1.663.945)	956.644

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Terra Santa Agro S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Períodos de três meses findos em 31 de março de 2019 e 2018

(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2019	2018	2019	2018
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
(Prejuízo) lucro antes do imposto sobre a renda e da contribuição social		(21.638)	(3.966)	(9.927)	5.429
Ajustes de:					
Variação do valor justo dos ativos biológicos e produtos agrícolas	26	(77.029)	(52.074)	(94.680)	(71.164)
Realização do valor justo dos ativos biológicos	26	121.848	89.263	121.848	89.263
Depreciações e amortizações	26	16.723	11.586	16.044	12.226
Resultado na venda e baixas de bens do imobilizado	26	(1.075)	100	(2.667)	100
Resultado da equivalência patrimonial	12.3	(22.778)	(18.159)	-	-
Provisão para perdas em investimentos	12.3	7	11	-	-
Despesas com planos de outorga de opções de compra de ações		-	34	-	34
Provisão para demandas judiciais		2.169	952	2.169	952
Reversão de perda por redução ao valor recuperável de recebíveis	4 e 5	(62)	(18)	174	(18)
Provisão das perdas estimadas em estoques	6	(39)	(32)	(39)	(32)
Ajuste a valor presente de ativos e passivos financeiros	27	3.687	3.033	3.687	2.765
Juros e variações cambiais, líquidos		42.008	15.995	41.642	16.092
Variação nos ativos e passivos:					
Contas a receber de clientes		(67.828)	(53.960)	(68.016)	(54.028)
Títulos a receber	28	(1.576)	(901)	3.405	(900)
Estoques		69.724	32.331	70.480	27.769
Ativos biológicos		48.342	62.741	48.342	62.741
Tributos a recuperar	28	(3.194)	(2.648)	(3.854)	(2.676)
Despesas antecipadas		(2.669)	(1.353)	(2.655)	377
Outros ativos		(646)	1.174	(639)	1.174
Depósitos judiciais		(452)	(1.033)	(693)	(1.294)
Salários e contribuições sociais		1.732	3.777	1.729	3.770
Fornecedores	28	35.556	17.220	35.557	17.218
Tributos a recolher	28	10.593	11.573	11.484	11.609
Adiantamentos de clientes		(107.962)	(110.776)	(109.908)	(110.855)
Tributos parcelados	28	(1.413)	(461)	(1.537)	(791)
Arrendamentos a pagar		(1)	(3.846)	(1)	(882)
Pagamentos de demandas judiciais	21	(151)	(571)	(151)	(571)
Mútuos		26.253	2.393	-	-
Títulos a pagar		3.743	1.185	3.764	783
Caixa gerado pelas atividades operacionais		73.872	3.570	65.558	9.091
Imposto de renda e contribuição social pagos		-	-	-	-
Juros pagos		(5.269)	(4.234)	(5.269)	(4.234)
Instrumentos financeiros derivativos recebidos - NDF		1.136	442	1.136	442
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais		69.739	(222)	61.425	5.299
Fluxo de caixa das atividades de investimento					
Aplicações financeiras		-	(7)	-	(12)
Recebimento pela venda de ativo imobilizado	28	6.739	346	7.465	346
Aquisição de imobilizado	28	(708)	(67)	(708)	(67)
Aquisição de intangível		(5)	(18)	(5)	(18)
Caixa líquido gerado pelas atividades de investimento		6.026	254	6.752	249
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Captações de empréstimos e financiamentos	18	30.562	23.187	30.562	23.187
Amortização de empréstimos e financiamentos	18	(72.154)	(30.248)	(72.154)	(30.248)
Pagamentos de passivos de arrendamentos	14	(21.350)	-	(21.350)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		(62.942)	(7.061)	(62.942)	(7.061)
Aumento (redução) líquido de caixas e equivalentes de caixa		12.823	(7.029)	5.235	(1.513)
Caixas e equivalentes de caixa no início do exercício	3	23.061	10.514	30.677	10.561
Caixas e equivalentes de caixa no final do período	3	35.884	3.485	35.912	9.048

Informações suplementares ao fluxo de caixa estão demonstradas na nota explicativa 28.

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Terra Santa Agro S.A.

Demonstrações do valor adicionado

Períodos de três meses findos em 31 de março de 2019 e 2018

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
		(reapresentado)		(reapresentado)
Receitas				
Vendas de mercadorias e produtos	345.922	296.479	346.517	305.789
Outras receitas	2.693	1.815	5.406	1.971
Abatimentos e devolução de vendas	-	-	(168)	(17)
Reversão (perda) por redução ao valor recuperável de recebíveis	62	18	(174)	18
Varição do valor justo dos ativos biológicos e produtos agrícolas	77.029	52.074	94.680	71.164
	<u>425.706</u>	<u>350.386</u>	<u>446.261</u>	<u>378.925</u>
Insumos adquiridos de terceiros				
Matérias-primas consumidas	(165.087)	(145.733)	(165.087)	(145.733)
Realização do valor justo dos ativos biológicos	(121.848)	(89.263)	(121.848)	(89.263)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(61.635)	(55.703)	(49.143)	(55.916)
Provisão para perdas estimadas em estoques	39	32	39	32
Outras despesas	(3.294)	(2.506)	(4.483)	(3.275)
	<u>(351.825)</u>	<u>(293.173)</u>	<u>(340.522)</u>	<u>(294.155)</u>
Valor adicionado bruto	73.881	57.213	105.739	84.770
Depreciações e amortizações	(16.723)	(11.586)	(16.044)	(12.226)
Valor adicionado líquido gerado pela Companhia	<u>57.158</u>	<u>45.627</u>	<u>89.695</u>	<u>72.544</u>
Valor adicionado recebido em transferência				
Resultado de equivalência patrimonial	22.778	18.159	-	-
Provisão para perdas em investimentos	(7)	(11)	-	-
Receitas financeiras	4.934	9.868	5.168	10.372
Valor adicionado total a distribuir	<u>84.863</u>	<u>73.643</u>	<u>94.863</u>	<u>82.916</u>
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal:				
Remuneração direta	24.874	22.881	24.903	22.900
Benefícios	315	343	318	345
FGTS	1.701	1.596	1.703	1.598
	<u>26.890</u>	<u>24.820</u>	<u>26.924</u>	<u>24.843</u>
Impostos, taxas e contribuições:				
Federais	6.859	7.938	8.572	8.234
Estaduais	7.387	8.245	7.819	8.518
Municipais	111	115	138	119
Diferidos	(16.314)	(43.126)	(5.929)	(33.731)
	<u>(1.957)</u>	<u>(26.828)</u>	<u>10.600</u>	<u>(16.860)</u>
Remuneração de capitais de terceiros:				
Juros e variações cambiais	56.735	23.098	54.130	22.055
Multas	421	1.105	435	1.430
Aluguéis e arrendamentos	8.098	12.288	8.098	12.288
	<u>65.254</u>	<u>36.491</u>	<u>62.663</u>	<u>35.773</u>
Remuneração de capitais próprios:				
(Prejuízo) lucro líquido do período	(5.324)	39.160	(5.324)	39.160
	<u>(5.324)</u>	<u>39.160</u>	<u>(5.324)</u>	<u>39.160</u>
Valor adicionado distribuído	<u>84.863</u>	<u>73.643</u>	<u>94.863</u>	<u>82.916</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Informações gerais

1.1 Atividades operacionais

A Terra Santa Agro S.A. ("Companhia" ou "Terra Santa Agro"), foi constituída em 18 de julho de 2003, sob a denominação de Brasil Biodiesel Comércio e Indústria de Óleos Vegetais Ltda., como uma sociedade por quotas de responsabilidade limitada, tendo atualmente sede na Praça General Gentil Falcão, 108 - cj 81, Brooklin Novo, São Paulo - SP.

Em 9 de novembro de 2006, por meio do OFÍCIO/CVM/SEP/RIC/nº 046/2006, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) concedeu à Companhia o registro de "Companhia Aberta", possibilitando a negociação de ações ordinárias de sua emissão no mercado de bolsa de valores (B3).

A Companhia tem como objetivo principal alcançar a excelência operacional na produção de grãos e fibras e no desenvolvimento de terras e, em conjunto com a controlada TS Brasil S.A., exploram atividades agrícolas, com destaque para as culturas de soja, milho e algodão, e suas atividades consistem basicamente em:

- cultivo de produtos agrícolas e sua comercialização;
- comercialização de insumos agropecuários;
- beneficiamento do algodão em caroço, próprio e de terceiros;
- prestação de serviços de armazenagem de produtos agrícolas;

Essas atividades são exploradas em terras próprias, arrendadas de terceiros e sob regime de parceria agrícola com a controlada TS Brasil S.A.

1.2 Situação econômica e financeira da Companhia

Em 31 de março de 2019, a Companhia e suas controladas apresentaram um capital circulante líquido negativo de R\$ 114.827 e R\$ 92.996 na controladora e consolidado, respectivamente, substancialmente representado pelos passivos bancários, fornecedores exigíveis e passivos de arrendamentos nos próximos 12 (doze) meses.

Uma parcela importante dos passivos bancários da Companhia corresponde à dívida de custeio, constituída para financiar a safra, e liquidada com recursos da própria safra. Considerando o êxito já obtido em renegociações com fornecedores e bancos nos últimos anos, a Administração espera que a parcela referente ao custeio, que inclui capital de giro, venha a ser integralmente renovada, conforme prática característica do setor.

Em 2018, o lucro líquido registrado pela Companhia foi de R\$ 42.262, o maior verificado em sua história, fruto do intenso trabalho realizado ao longo dos últimos anos, que teve início com o *turnaround* operacional da Companhia em 2013, aliado a uma série de ações nas esferas comerciais e administrativas nos anos subsequentes, que acabaram por se refletir em seus resultados financeiros.

A geração operacional de caixa da Companhia apresenta melhora significativa. Entre os principais fatores estão: melhoria dos indicadores operacionais, em especial a produtividade e a redução dos custos operacionais e a desvalorização da taxa de câmbio. Adicionalmente, a Administração possui as seguintes ações em andamento:

- i. Tratativas junto às principais instituições financeiras credoras com o objetivo de explorar alternativas que possibilitem a adequação do fluxo de caixa financeiro ao fluxo de geração de caixa operacional. No último trimestre de 2018, a Companhia concluiu a negociação para o alongamento do prazo de pagamento de seu passivo bancário com o Itaú Unibanco S.A. (vide divulgação na nota explicativa 18), envolvendo parte da dívida de curto prazo e parte da dívida estrutural, equivalente a US\$ 85,1 milhões (equivalente a R\$ 333,0 milhões). Em evento subsequente ao encerramento do primeiro trimestre (reunião realizada em 09 de abril de 2019), o Conselho de Administração da Companhia, aprovou a conclusão do processo de reestruturação de suas dívidas financeiras com os bancos Itaú BBA e Bradesco, com alongamento no prazo de pagamento de principal para 7 anos, isto é, até 2025, com redução em um ponto percentual em seu custo financeiro.
- ii. Plano de venda de ativos, não operacionais ou pouco rentáveis, em valor aproximado de R\$ 101.000, a ser realizado até o final de 2019. Até o encerramento do primeiro trimestre, a Companhia efetuou a venda de R\$ 42.097, equivalente a 41,7% do compromisso assumido em seu plano inicial.
- iii. Outras alternativas de financiamento por meio de emissões públicas no mercado de capitais e capital próprio. Visando equalizar sua estrutura de capital, reduzindo sua alavancagem, e reforçar o capital de giro da Companhia, o Conselho de Administração submeteu à Assembleia Geral Extraordinária de acionistas da Companhia, proposta de aumento de capital no valor de R\$ 50.000, mediante subscrição privada de novas ações ordinárias e de bônus de subscrição, atribuídos como vantagem adicional aos subscritores das novas ações ordinárias. Vide divulgação na nota explicativa 33.

Vale destacar que faz parte das atribuições cotidianas da Companhia o monitoramento contínuo da expectativa de geração de caixa e gestão financeira que contempla a captação de novos recursos necessários para o financiamento das operações nos próximos meses. Por isso, a Administração está confiante na capacidade que a Companhia tem de operacionalizar seus planos de financiamento e na consequente manutenção de sua continuidade operacional. É importante destacar que a Companhia possui patrimônio significativamente superior às suas obrigações financeiras e operacionais, representado majoritariamente por terras agrícolas que tem valor de mercado equivalente a R\$ 1.235.580 conforme indicado por avaliação efetuada emitida em março de 2019, referente ao exercício de 2018, por avaliador independente e, que estão sujeitas a condições de garantias divulgadas na nota explicativa 15.3.

As informações contábeis intermediárias foram preparadas com base na continuidade operacional, o que pressupõe que a Companhia conseguirá cumprir suas obrigações, conforme prazos divulgados na nota explicativa 23 (g) (ii). Adicionalmente, a Administração acredita que o pagamento das suas obrigações ocorrerá conforme o planejado e que quaisquer obrigações requeridas de pagamentos adicionais serão cumpridas com captações alternativas de recursos, próprios ou de terceiros, conforme ações descritas nos parágrafos anteriores. Diante disso, a

Administração tem expectativa razoável de que a Companhia terá recursos suficientes para continuar operando no futuro previsível.

2 Resumo das principais políticas contábeis

2.1 Base de preparação

As informações contábeis intermediárias foram preparadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR.

Conforme descrito no Ofício Circular CVM/SNC/SEP nº 03/2011, a Companhia optou por apresentar as notas explicativas nessas ITR de forma resumida nos casos de redundância em relação ao apresentado nas demonstrações anuais. Dessa forma, estas informações trimestrais foram elaboradas seguindo a base de preparação, métodos de cálculo e políticas contábeis consistentes com aquelas adotadas na elaboração das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2018, publicadas em 20 de março de 2019, e devem ser lidas em conjunto com tais demonstrações. Entretanto, informações selecionadas foram incluídas para explicar os principais eventos e transações ocorridas para possibilitar o entendimento das mudanças na posição financeira e desempenho das operações da Companhia desde a publicação das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2018.

Na preparação destas informações contábeis intermediárias, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua e não sofreram alterações relevantes na preparação destas informações intermediárias em relação às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2018.

A Companhia declara que todas as informações relevantes próprias das informações trimestrais, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA) é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRSs não requerem a apresentação dessa demonstração, sendo considerada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das informações contábeis intermediárias.

Em 07 de maio de 2019, foi autorizada pela administração da Companhia e pelo Conselho de Administração a emissão das informações contábeis intermediárias.

2.2 Adoção de novas normas e alteração de políticas contábeis

Na preparação dessas informações contábeis intermediárias, a Administração da Companhia considerou, quando aplicável, novas revisões e interpretações às *International Financial Reporting Standards* (“IFRS”) e aos pronunciamentos técnicos, emitidos pelo IASB e pelo CPC, respectivamente, que entraram obrigatoriamente em vigor em 1º de janeiro de 2019.

2.2.1 CPC 06(R2) / IFRS 16 - Operações de arrendamento mercantil

A norma sobre Operações de arrendamento mercantil - CPC 06(R2) (IFRS 16) introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

O CPC 06 (R2) / IFRS 16 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 / IAS 17 - Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 / IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27 - Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.

A Companhia optou pela adoção da abordagem retrospectiva modificada como método de transição a partir de 1º de janeiro de 2019, com efeitos prospectivos, portanto, os períodos comparativos não estão sendo reapresentados e contemplam a abordagem da norma vigente à data base. A utilização desta abordagem impactou substancialmente os contratos de arrendamentos de terras agricultáveis e alugueis de frota de veículos e imóvel mantidos até a adoção da norma como arrendamento mercantil operacional.

As premissas consideradas para adoção inicial do CPC 06(R2) / IFRS 16 na Companhia foram:

- Prazo de arrendamento mercantil – período pelo qual a Companhia contratou o arrendamento mercantil do imóvel. A Companhia adotou o prazo firmado em cada contrato, pois entende que não possui uma obrigação executável além do prazo contratual estabelecido. Determinou-se também o uso da percepção tardia (*hindsight*), para determinar o prazo do arrendamento, se o contrato contém opções para prorrogar ou rescindir o arrendamento, dentre outros;
- Isenção de reconhecimento – A Companhia optou pela isenção de reconhecimento para arrendamentos com prazo inferior a 12 meses e arrendamentos de baixo valor, considerando ativos subjacentes com valor inferior a R\$ 20 mil. Para os arrendamentos com isenção de reconhecimento, a Companhia registrou da despesa no resultado do exercício ao longo do prazo do arrendamento conforme incorrido.
- Taxa de juros incremental de financiamento do arrendatário – a Companhia considerou, para todos os contratos, taxas de juros necessárias para financiar a aquisição dos ativos arrendados em condições similares ao custo do dinheiro para a Companhia na data de adoção da norma. Para identificar as taxas adotadas, a Companhia considera a taxa livre de risco, ajustada pelos efeitos inflacionários e risco de crédito do país, adicionada aos fatores de risco de crédito da Companhia e prêmio específico dos ativos arrendados.

As taxas utilizadas pela Companhia variam conforme a classe dos ativos arrendados conforme segue:

Terras agricultáveis: entre 8,64% e 9,04% alocadas a cada contrato de acordo com o prazo contratual remanescente dos mesmos.

Veículos e imóveis: em 10,65% alocadas a cada contrato de acordo com o prazo contratual remanescente dos mesmos, bem como o índice de atualização determinado nos instrumentos contratuais (IGPM, IPCA, entre outros).

- Mensuração do ativo de direito de uso – A Companhia não incluiu os custos diretos iniciais da mensuração do ativo de direito de uso;
- Amortização do ativo de direito de uso – Os contratos de arrendamento da Companhia não possuem cláusulas que permitam a Companhia exercer a aquisição da propriedade do ativo ao final do prazo de arrendamento mercantil. Dessa forma a vida útil desses ativos na ausência de perda ao valor recuperável será o prazo contratual, o que for menor. A Companhia adota a alocação da amortização do ativo de direito de uso de forma sistemática e linear. Ressalta-se que a Companhia reavaliará periodicamente a vida útil dos direitos de uso sempre que apresentar alterações no plano de negócios.
- Encargos financeiros decorrentes dos contratos de arrendamento – O encargo financeiro é reconhecido como despesa financeira e apropriado a cada período durante o prazo do arrendamento mercantil. Os pagamentos contingentes são registrados como despesa no resultado do exercício a medida em que são incorridos;
- Valor recuperável do ativo de direito de uso – A Companhia continuará aplicando o Pronunciamento Técnico CPC 01 (IAS 36) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, sendo que efetuará periodicamente avaliação de indicadores de perda por valor recuperável com base nas projeções futuras da Companhia; e
- Arrendamentos classificados anteriormente como arrendamento financeiro – A Companhia optou por manter na rubrica de imobilizado e passivo de arrendamento pelos valores imediatamente anteriores a data de adoção.

Inventário de contratos

Durante o exercício de 2018, a Companhia efetuou a identificação dos contratos (inventário dos contratos), substancialmente aqueles contratos de arrendamento mercantil que se encontravam no contexto de arrendamento mercantil operacional (IAS 17 / CPC 06 (R1)), avaliando, se, contém, ou não, contratos de arrendamento ou contratos de prestação de serviço de acordo com o CPC 06 (R2) / IFRS 16. Com isso, a Companhia avaliou os potenciais impactos advindos da aplicação inicial da norma.

Após avaliação e inventário dos contratos, a Companhia reconheceu novos ativos relacionados aos contratos de: (i) arrendamentos e parcerias agrícolas para cultivo dos ativos biológicos no estado de Mato Grosso (18 contratos) e com prazos contratuais até 2035; (ii) aluguel de escritório administrativo localizado na cidade de São Paulo (1 contrato) vigente até abril de 2020; e (iii) aluguel de frota de veículos para utilização nas atividades diárias dos colaboradores para as unidades produtoras (1 contrato) vigente até o final de 2020.

2.2.2 ICPC 22 / IFRIC 23 Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro

A interpretação ICPC 22 / IFRIC 23 trata da aplicação dos requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32 / IAS 12 – Tributos sobre o lucro quando há incerteza sobre os tratamentos de tributo sobre o lucro. A Companhia deve reconhecer e mensurar seu tributo

corrente ou diferido ativo ou passivo, aplicando os requisitos do CPC 32 / IAS 12 com base em lucro tributável (prejuízo fiscal), bases fiscais, prejuízos fiscais não utilizados, créditos fiscais não utilizados e alíquotas fiscais determinados, aplicando esta Interpretação.

A Companhia analisou decisões tributárias relevantes de tribunais superiores e se estas conflitam de alguma forma com as posições adotadas pela Companhia. Para posições fiscais incertas conhecidas a Companhia revisou as opiniões legais correspondentes e jurisprudências e, não identificou impactos a serem registrados, uma vez que concluiu não ser provável que as autoridades fiscais não aceitem as posições adotadas.

2.2.3 Hedge accounting

Em 12 de fevereiro de 2019, o Conselho de Administração da Companhia deliberou pela interrupção da designação de novos instrumentos financeiros na política de *hedge accounting*. A partir desta data, as variações cambiais incorridas nestes instrumentos financeiros serão contabilizadas diretamente a resultado do período. O saldo contabilizado na rubrica de "Ajustes de avaliação patrimonial" será reciclado ao resultado conforme cronograma de realização do objeto de *hedge*, estimado para os resultados de 2019 a 2022.

Essa decisão possui caráter estratégico, visto que o câmbio é um componente relevante no segmento da Companhia, que utilizando boas práticas de *hedge* de fluxo de caixa protege analogamente o resultado financeiro.

Em 31 de março de 2019, o montante da variação cambial dos instrumentos financeiros não mais designados para *hedge accounting* foi positivo em R\$ 2.934 e foram registrados na rubrica Despesas financeiras da demonstração do resultado do exercício.

Para o período comparativo, caso essa política estivesse em vigor, o montante de R\$ 3.367 impactaria negativamente esta mesma rubrica. Conseqüentemente, o resultado por ação seria impactado negativamente em R\$ 0,1880.

2.3 Reapresentação de valores correspondentes

2.3.1 Retificação de erro

A Companhia identificou valores reconhecidos em períodos anteriores como tributos diferidos sobre variação cambial de passivos financeiros, cujos montantes não deveriam ter sido contabilizados, em função da opção realizada em 1º de janeiro de 2018 pela alteração no regime de tributação de imposto de renda ("IRPJ") e contribuição social sobre o lucro líquido ("CSLL") de regime de "caixa" para "competência", os quais afetaram os resultados abrangentes do trimestre findo em 31 de março de 2018 em R\$ 1.146, controladora e consolidado.

Dessa forma, a Companhia retificou os valores correspondentes individuais e consolidados referentes às demonstrações dos resultados, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e do valor adicionado (informação suplementar) referentes ao período findo em 31 de março de 2018, em conformidade com o CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (IAS 8). Os impactos nos valores correspondentes estão demonstrados a seguir:

a. Demonstrações dos resultados - Controladora e Consolidado

	31 de março de 2018 - Controladora			31 de março de 2018 - Consolidado		
	Conforme divulgado anteriormente	Impactos	Reapresentado	Conforme divulgado anteriormente	Impactos	Reapresentado
Lucro (prejuízo) antes do imposto sobre a renda e da contribuição social	(3.966)	-	(3.966)	5.429	-	5.429
Imposto sobre a renda e contribuição social Diferido	41.980	1.146	43.126	32.585	1.146	33.731
Lucro líquido do período	38.014	1.146	39.160	38.014	1.146	39.160
Lucro líquido do período atribuível aos acionistas controladores da Companhia	38.014	1.146	39.160	38.014	1.146	39.160
Lucro por ação ordinária: Básico e diluído - em R\$				2,1220	0,0640	2,1860

b. Demonstrações dos resultados abrangentes - Controladora e Consolidado

	31 de março de 2018 - Controladora e Consolidado		
	Conforme divulgado anteriormente	Impactos	Reapresentado
Lucro líquido do período	38.014	1.146	39.160
Outros resultados abrangentes:			
Itens a serem posteriormente reclassificados para o resultado			
Resultado líquido com instrumentos financeiros designados como <i>hedge accounting</i>	(2.001)	-	(2.001)
Imposto de renda e contribuição social sobre outros resultados abrangentes	680	(680)	-
Alteração no regime de tributação em 1ª de janeiro de 2018	-	(8.205)	(8.205)
Outros resultados abrangentes, líquidos de imposto de renda e contribuição social	(1.321)	(8.885)	(10.206)
Resultado abrangente total	36.693	(7.739)	28.954

c. Demonstração das mutações do patrimônio líquido - Controladora e Consolidado

	Capital		Reservas de capital	Ajustes de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
	Capital social	Gastos com emissão de ações				
Saldo apresentado em 31 de março de 2018	2.728.353	(20.851)	1.323	(17.247)	(1.664.203)	1.027.375
Impacto da retificação de erros	-	-	-	(8.885)	9.351	466
Saldo reapresentado em 31 de março de 2018	2.728.353	(20.851)	1.323	(26.132)	(1.654.852)	1.027.841

d. Demonstrações do valor adicionado - Controladora e Consolidado

	31 de março de 2018 - Controladora			31 de março de 2018 - Consolidado		
	Conforme divulgado anteriormente	Impactos	Reapresentado	Conforme divulgado anteriormente	Impactos	Reapresentado
Valor adicionado total a distribuir	73.643	-	73.643	82.916	-	82.916
Distribuição do valor adicionado						
Pessoal:	24.820	-	24.820	24.843	-	24.843
Impostos, taxas e contribuições:						
Federais	7.938	-	7.938	8.234	-	8.234
Estaduais	8.245	-	8.245	8.518	-	8.518
Municipais	115	-	115	119	-	119
Diferidos	(41.980)	(1.146)	(43.126)	(32.585)	(1.146)	(33.731)
	(25.682)	(1.146)	(26.828)	(15.714)	(1.146)	(16.860)
Remuneração de capitais de terceiros:	36.491	-	36.491	35.773	-	35.773
Remuneração de capitais próprios:						
Lucro líquido do período	38.014	1.146	39.160	38.014	1.146	39.160
	38.014	1.146	39.160	38.014	1.146	39.160
Valor adicionado distribuído	73.643	-	73.643	82.916	-	82.916

e. Demonstrações dos fluxos de caixa - Controladora e Consolidado

Não há impacto nos totais das atividades operacionais, de investimento e financiamento nos fluxos de caixa individuais e consolidados para o período findo em 31 de março de 2018.

2.4 Base de consolidação

Estas informações contábeis intermediárias foram elaboradas seguindo a base de consolidação consistente com aquelas adotadas na elaboração das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2018. Portanto, as correspondentes informações devem ser lidas na nota explicativa 2.2 daquelas demonstrações financeiras.

3 Caixas e equivalentes de caixa

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31.03.2019	31.12.2018	31.03.2019	31.12.2018
Bancos em moeda nacional	13.080	1.211	13.107	8.811
Bancos em moeda estrangeira	22.704	21.749	22.704	21.749
Aplicações financeiras (i)	100	101	101	117
	35.884	23.061	35.912	30.677

- (i) Em 31 de março de 2019, as aplicações financeiras classificadas como equivalentes de caixa são substancialmente representadas por certificados de depósito bancários e/ou compromissadas rentabilizadas em média a 100% a.a. dos certificados de depósito interbancário - CDI (99% a.a. em 31 de dezembro de 2018). A Companhia pode resgatar imediatamente essas aplicações sem ônus ou restrições.

4 Contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2019	31.12.2018	31.03.2019	31.12.2018
Clientes em moeda nacional	1.533	3.398	2.067	3.744
Clientes em moeda estrangeira	85.993	13.684	85.993	13.684
	87.526	17.082	88.060	17.428
(-) Provisão para perdas de crédito esperadas	(104)	(106)	(334)	(317)
	87.422	16.976	87.726	17.111

A composição dos valores a receber por idade de vencimento é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2019	31.12.2018	31.03.2019	31.12.2018
A vencer:				
Até 30 dias	27.709	14.188	27.850	14.266
De 31 a 90 dias	59.636	1.356	59.828	1.428
Vencidos:				
Até 30 dias	24	1.449	29	1.449
De 31 a 180 dias	143	76	143	76
Acima de 180 dias	14	13	210	209
	87.526	17.082	88.060	17.428

A Administração mantém procedimentos de cobrança e acredita que não incorrerá em perdas nestes clientes. Vide nota explicativa 23 (g) (i).

As movimentações na provisão para perdas de crédito esperadas de clientes são as seguintes:

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2019	31.12.2018	31.03.2019	31.12.2018
Saldo inicial	(106)	(18)	(317)	(18)
Adoção inicial CPC 48 / IFRS 9	-	(18)	-	(38)
Perdas por redução ao valor recuperável reconhecida	(114)	(817)	(135)	(1.025)
Reversão	116	747	118	764
Saldo final	(104)	(106)	(334)	(317)

5 Títulos a receber

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2019	31.12.2018	31.03.2019	31.12.2018
Por venda de ativo fixo	11.960	8.471	14.632	10.516
Por venda da fábrica de óleo	-	-	13.800	13.800
Por venda de unidades industriais	6.427	6.921	6.427	6.921
Subarrendamentos e confissões de dívidas	4.726	4.726	4.726	4.726
Crédito com parceiros agrícolas	625	618	625	618
Outros créditos	1.009	380	1.009	380
	24.747	21.116	41.219	36.961
(-) Ajuste a valor presente	(657)	(191)	(838)	(191)
(-) Provisão para perdas de crédito esperadas	(6.225)	(6.285)	(6.523)	(6.366)
	17.865	14.640	33.858	30.404
Circulante	6.270	4.814	20.408	20.571
Não circulante	11.595	9.826	13.450	9.833

O *aging* dos títulos a receber é conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2019	31.12.2018	31.03.2019	31.12.2018
A vencer:				
Até 30 dias	909	214	1.102	219
De 31 a 90 dias	623	935	623	935
De 91 a 180 dias	2.122	1.393	2.124	1.395
De 181 a 360 dias	2.975	2.133	2.984	2.136
Acima de 360 dias	13.075	10.944	15.136	10.952
Mediante condições (i)	-	-	14.200	14.200
Vencidos:				
De 30 a 360 dias	158	-	165	-
Acima de 360 dias	4.885	4.877	4.885	4.877
	24.747	21.116	41.219	36.961

- (i) O montante será pago pelos compradores de ativo fixo e da fábrica de óleo após a Companhia comprovar a efetiva baixa de cédulas hipotecárias, previstas para o primeiro semestre de 2019.

As movimentações na provisão para perdas de crédito esperadas de títulos a receber são as seguintes:

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2019	31.12.2018	31.03.2019	31.12.2018
Saldo inicial	(6.285)	(4.907)	(6.366)	(4.907)
Adoção inicial CPC 48 / IFRS 9	-	(1.792)	-	(1.889)
Perdas por redução ao valor recuperável reconhecida	(28)	(1.193)	(254)	(1.194)
Reversão de provisão para perdas de crédito esperadas	88	1.607	97	1.624
Saldo final	(6.225)	(6.285)	(6.523)	(6.366)

A despesa com a constituição da provisão para perdas de crédito esperadas é registrada na demonstração do resultado, sob a rubrica “Outras despesas”.

6 Estoques

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2019	31.12.2018	31.03.2019	31.12.2018
Produtos agrícolas				
Produtos agrícolas - custos de formação	39.168	72.180	39.913	72.196
Produtos agrícolas - ajustes ao valor justo e valor realizável líquido (i)	32.152	49.673	50.042	49.912
Sementes, adubos, fertilizantes e defensivos agrícolas	85.242	177.145	85.242	177.145
Embalagens, acondicionamento e peças de reposição	8.170	6.322	8.175	6.327
Adiantamentos a fornecedores	801	1.071	801	1.071
Gastos de manutenção nas entressafras	17.324	27.097	18.620	29.395
Outros estoques	4.094	4.511	4.096	4.513
(-) Provisão para <i>impairment</i> (ii)	(685)	(724)	(685)	(724)
	186.266	337.275	206.204	339.835

- (i) Esses valores contemplam um ganho de marcação ao valor justo dos produtos agrícolas enquanto valorizados como ativo biológico no montante de R\$ 15.523, na controladora e no consolidado (ganho de R\$ 92.547 em 31 de dezembro de 2018, na controladora e consolidado), e ganhos de marcação ao valor realizável líquido enquanto valorizados como produto agrícola nos montantes de R\$ 16.629 na controladora e R\$ 34.519 no consolidado, respectivamente (perdas de R\$ 42.873 e 42.635 em 31 de dezembro de 2018, na controladora e no consolidado, respectivamente).
- (ii) Refere-se, substancialmente, a obsolescência de materiais no estoque que apresentam baixa expectativa de realização.

Em 31 de março de 2019, 29.791 toneladas de produtos agrícolas, no montante aproximado de R\$ 32.390, estão cedidas em garantia a fornecedores de insumos agrícolas (em 31 de dezembro

de 2018 – 272.118 toneladas, no montante aproximado de R\$ 120.692). O montante cedido em garantia inclui os saldos apresentados na rubrica de Ativos biológicos.

A movimentação da provisão para *impairment* é assim demonstrada:

Controladora e Consolidado		
	31.03.2019	31.12.2018
Saldo inicial	(724)	(704)
Adições	-	(20)
Reversões	39	-
Saldo final	(685)	(724)

A despesa com a constituição das perdas estimadas com estoques é registrada na demonstração do resultado, sob a rubrica “Outras despesas”.

7 Ativos biológicos

a. Movimentação - 1º de janeiro a 31 de março de 2019

	Controladora e Consolidado				
	Algodão	Soja	Milho	Outras culturas	Total
Saldo dos ativos biológicos em 1º de janeiro de 2019					
Ativo biológico - ajuste ao valor justo	-	33.516	-	-	33.516
Ativo biológico - custos de formação	13.653	177.776	-	307	191.736
	13.653	211.292	-	307	225.252
Aumento decorrente de plantio e tratos culturais	133.682	41.644	41.217	7.533	224.076
Redução decorrente da colheita	-	(219.420)	-	-	(219.420)
Variação do valor justo	2.767	(33.516)	4.250	-	(26.499)
Saldo dos ativos biológicos em 31 de março de 2019	150.102	-	45.467	7.840	203.409
Ativo biológico - ajuste ao valor justo	2.767	-	4.250	-	7.017
Ativo biológico - custos de formação	147.335	-	41.217	7.840	196.392
	150.102	-	45.467	7.840	203.409

Em 31 de março de 2019, a Companhia explorava cerca de 94,6 mil hectares de terras cultiváveis (94,6 mil hectares em 31 de dezembro de 2018), entre terras próprias e de terceiros, localizadas no Estado de Mato Grosso e nelas são cultivadas culturas temporárias, com destaque para algodão, soja e milho.

O valor justo dos ativos biológicos da Companhia representa o valor de rentabilidade futura estimada, de acordo com o nível III – Abordagem de Receita estabelecido pelo CPC 46 – Mensuração do Valor Justo (IFRS 13), para esses ativos, o qual é determinado por meio da aplicação de premissas estabelecidas pela Administração da Companhia.

As terras próprias em que as lavouras estão plantadas são classificadas no ativo imobilizado e não integram o valor justo dos ativos biológicos.

b. Principais premissas utilizadas na mensuração do valor justo

- (i) Entradas de caixa obtidas pela multiplicação da (i) produção estimada, medida em sacas de 60 kg para o milho e arrobas para o algodão em caroço e (ii) do preço do mercado futuro de cada produto, quando disponível.
- (ii) O preço do algodão em caroço (produto agrícola da lavoura de algodão) é obtido por meio da decomposição do preço disponível para a pluma de algodão (*commodity*), menos os custos do beneficiamento (descaroçamento) e dos preços atribuíveis aos subprodutos (caroço e fibrilha).
- (iii) Saídas de caixa representadas pela estimativa de (i) custos necessários para que ocorra a transformação biológica da cultura (tratos culturais) até a colheita, (ii) custos com a Colheita, Carregamento e Transporte (CCT) e, (iii) custo de capital, incluindo o aluguel das terras e de máquinas e equipamentos.
- (iv) Com base na estimativa de receitas e custos, a Companhia determina o valor justo dos ativos biológicos, que são registrados na rubrica de ativos biológicos e tem como contrapartida a rubrica "Variação do valor justo dos ativos biológicos e produtos agrícolas" no resultado do período.
- (v) O modelo e as premissas utilizadas na determinação do valor justo representam a melhor estimativa da Administração na data das informações contábeis intermediárias e são revisados trimestralmente e, se necessário, ajustados.

c. Análise de sensibilidade

A Administração considera que o resultado obtido com a mensuração do valor justo dos ativos biológicos é sensível à variação das premissas descritas acima, e que o resultado real pode vir a aumentar ou reduzir em caso de diferenças entre os valores estimados e aqueles realizados no momento da colheita desses ativos.

As principais premissas que foram utilizadas na determinação do valor justo dos ativos biológicos são como segue:

Premissas da cultura de Milho 2ª Safra	31.03.2019	31.03.2018
Área total estimada de colheita (ha)	24.572	31.361
Área total em estagio de marcação (ha)	12.724	2.908
Produtividade prevista em sacas/arrobas, líquido de parcerias agrícolas	119,95	117,39
Preços em US\$/saca	6,47	6,58
Cotação cambial (US\$ 1 / R\$)	3,90	3,32
Premissas da cultura de Algodão 1ª Safra	31.03.2019	31.03.2018
Área total estimada de colheita (ha)	466	3.206
Área total em estagio de marcação (ha)	466	2.822
Produtividade prevista em sacas/arrobas, líquido de parcerias agrícolas	319,92	285,00
Preços em US\$/arroba	9,17	9,99
Cotação cambial (US\$ 1 / R\$)	3,90	3,32
Premissas da cultura de Algodão 2ª Safra	31.03.2019	31.03.2018
Área total estimada de colheita (ha)	35.442	28.655
Área total em estagio de marcação (ha)	1.899	-
Produtividade prevista em sacas/arrobas, líquido de parcerias agrícolas	266,60	255,29
Preços em US\$/arroba	9,00	9,99
Cotação cambial (US\$ 1 / R\$)	3,90	3,32

A Administração entende que as premissas mais sensíveis às mudanças são a produtividade, o preço das *commodities* e as taxas de câmbio, e, nesse contexto, verificou se essas premissas fossem 10% maiores ou 10% menores em 31 de março de 2019, a rubrica ativo biológico – ajuste ao valor justo seria apresentada com R\$ 12.288 e 2.248, respectivamente.

8 Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2019	31.12.2018	31.03.2019	31.12.2018
PIS	11.257	11.411	13.325	13.479
COFINS	49.049	49.708	77.249	78.590
IRRF	1.494	2.252	7.173	7.273
CSLL	199	198	427	426
ICMS	4.279	4.276	4.301	4.298
Outros tributos	2.555	2.552	3.983	3.979
	68.833	70.397	106.458	108.045
Circulante	14.470	12.850	17.571	16.841
Não circulante	54.363	57.547	88.887	91.204

A Companhia e a controlada TS Brasil S.A. possuem saldo de PIS e COFINS acumulado ao longo dos últimos exercícios proveniente, substancialmente, das saídas internas com benefício da suspensão e vendas destinadas ao mercado externo.

As realizações dos créditos ocorrem de duas formas: (i) compensação com débitos próprios, vencidos ou vincendos; ou (ii) ressarcimento em espécie.

Pedidos de restituição

Em 2017, a Companhia e a controlada TS Brasil S.A. obtiveram medidas liminares favoráveis relativas aos pedidos de ressarcimento de créditos de PIS e COFINS no montante principal de R\$ 73.836. O pedido de ressarcimento solicita também a incidência da taxa Selic - Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - a partir da data do protocolo dos referidos pedidos até a data do efetivo pagamento. Por falta de previsão legal, a Companhia não reconheceu em 31 de março de 2019 a atualização pela taxa Selic no montante aproximado de R\$ 3.239 (em 31 de dezembro de 2018 – R\$ 3.112).

A Companhia e sua controlada TS Brasil S.A. apresentaram documentação suporte referente aos pedidos de ressarcimento e alguns destes se encontram em fase de revisão pelas autoridades fiscais. Foram emitidos despachos decisórios parcialmente deferidos para monetização de R\$ 17.619, cuja previsão para recebimento ocorrerá após a concordância das autoridades fiscais para o afastamento da compensação de ofício com demais débitos tributários.

Adicionalmente, houve indeferimento de alguns pedidos de ressarcimento pelas autoridades fiscais no montante aproximado de R\$ 58.969. Foram protocoladas em 2018, manifestações de inconformidade no devido prazo legal e que cujo prazo legal para julgamento é até 12 meses após o protocolo das manifestações de inconformidade pelas Delegacias de Julgamento (DRJ) da Secretaria da Receita Federal do Brasil (“SRFB”). A Companhia está avaliando as medidas cabíveis para o cumprimento do prazo legal pelas autoridades fiscais.

9 Ativos não circulantes mantidos para venda

Refere-se substancialmente ao complexo algodoeiro de Roda Velha, localizado em São Desidério – Bahia. É composto por terreno, construções civis e máquinas de beneficiamento de algodão. O imóvel e o maquinário não se encontram em operação pela Companhia. Os ativos estão mensurados exclusivamente a custo histórico no montante aproximado de R\$ 2.925.

Em dezembro de 2018, a Companhia firmou contrato de venda no montante de R\$ 12.500 e o comprador deverá ser imitado na posse do imóvel em maio de 2019. Assim, nesta data, serão reconhecidos os efeitos contábeis da alienação dos ativos.

10 Tributos diferidos

A Companhia e a controlada TS Brasil S.A. utilizam a sistemática do lucro real, calculando e registrando seus tributos com base nas alíquotas efetivas vigentes na data de elaboração das informações contábeis intermediárias.

a. Natureza e expectativa de realização dos tributos diferidos

Natureza por entidade legal	Controladora		Consolidado	
	31.03.2019	31.12.2018	31.03.2019	31.12.2018
Créditos tributários sobre:				
Prejuízos fiscais acumulados	228.416	224.344	270.570	270.570
Contribuição social sobre base negativa acumulada	82.230	80.763	97.404	97.404
Diferenças temporárias:				
Provisão para <i>impairment</i>	3.460	3.494	4.222	4.176
Provisão para contingências/tributos com exigibilidade suspensa	9.972	9.365	9.972	9.365
Ajuste a valor presente	3.774	3.705	3.835	3.705
Instrumentos financeiros derivativos	-	443	-	443
Provisão para perdas com tributos	3.214	3.214	3.260	3.260
Outras provisões temporárias	1.979	2.222	2.497	2.738
	<u>333.045</u>	<u>327.550</u>	<u>391.760</u>	<u>391.661</u>
Débitos tributários sobre:				
Instrumentos financeiros derivativos	(422)	-	(422)	-
Valor justo dos ativos biológicos e produtos agrícolas	(13.317)	(28.284)	(19.400)	(28.366)
Custo atribuído	(15.431)	(16.617)	(141.090)	(143.288)
Ajuste a valor presente	(2.875)	(2.446)	(2.875)	(2.446)
Arrendamentos	(4.483)	-	(4.483)	-
Amortização de ágio	(93.665)	(93.665)	(93.665)	(93.665)
	<u>(130.193)</u>	<u>(141.012)</u>	<u>(261.935)</u>	<u>(267.765)</u>
Total líquido	<u>202.852</u>	<u>186.538</u>	<u>129.825</u>	<u>123.896</u>
Créditos tributários, líquidos	202.852	186.538	202.852	186.538
Débitos tributários, líquidos	-	-	(73.027)	(62.642)

O imposto de renda e contribuição social diferidos foram calculados sobre os prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, bem como sobre diferenças temporárias dedutíveis entre as bases de cálculo desses tributos e os valores das informações contábeis intermediárias, apenas

quando for provável que a Companhia e as controladas apresentarão lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

Os créditos tributários diferidos sobre o saldo de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social apurados até 31 de março de 2019 não registrados são de R\$ 99.981 (R\$ 102.541 em 31 de dezembro de 2018), na controladora e no consolidado, em função de não atenderem aos requerimentos da norma contábil para seu reconhecimento.

Na avaliação da capacidade de recuperação dos tributos diferidos, a Administração considera as projeções do lucro tributável futuro e as movimentações das diferenças temporárias. Quando for mais provável que uma parte ou a totalidade dos tributos não será realizada não há constituição de tributos diferidos ativos. Não há prescrição para utilização dos saldos de prejuízos fiscais e bases negativas.

A expectativa de realização dos créditos relativos ao prejuízo fiscal e a base negativa de contribuição social ocorrerá de acordo com o cronograma a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	Montante	Percentual	Montante	Percentual
Em 2019	24.066	8%	34.154	9%
Em 2020	9.190	3%	27.595	7%
Em 2021	12.785	4%	31.894	9%
Em 2022	30.965	10%	40.691	11%
Em 2023	52.440	17%	52.440	14%
Em 2024	58.034	19%	58.034	16%
Em 2025	59.732	19%	59.732	16%
Em 2026	63.434	20%	63.434	18%
	<u>310.646</u>	<u>100%</u>	<u>367.974</u>	<u>100%</u>

b. Conciliação do crédito efetivo de imposto de renda e contribuição social

Os valores do imposto de renda e contribuição social que afetaram o resultado do período estão demonstrados como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2019	31.03.2018	31.03.2019	31.03.2018
(Prejuízo) lucro antes do imposto de renda e contribuição social	(33.135)	(3.966)	(21.424)	5.429
Taxa nominal	<u>34%</u>	<u>34%</u>	<u>34%</u>	<u>34%</u>
	11.266	1.348	7.284	(1.846)
Tributos sobre exclusões (adições) permanentes:				
De equivalência patrimonial	7.742	6.170	-	-
Despesas não dedutíveis	(2.138)	(2.392)	(2.138)	(2.492)
Tributos diferidos temporários:				
Crédito tributário não constituído sobre impairment de ativos	-	-	-	-

Crédito tributário não reconhecido sobre prejuízos fiscais	-	-	-	-
Crédito tributário constituído sobre prejuízos fiscais de exercícios anteriores	3.626	37.534	3.626	37.534
Apuração de tributos de controladas pelo lucro presumido	-	-	-	4
Outros	(273)	466	(260)	531
	<u>20.223</u>	<u>43.126</u>	<u>8.512</u>	<u>33.731</u>
No resultado do período				
Taxa efetiva	(61,0%)	(1087,4%)	(39,7%)	621,3%

11 Partes relacionadas

a. Saldos

	Controladora	
	31.03.2019	31.12.2018
Ativo não circulante		
Adiantamentos para futuro aumento de capital		
Buriti Agrícola Ltda.	348	337
Crateús Algodoeira S.A.	2	2
Ecotrans Transporte Ltda.	16	15
Mocuri Agrícola Ltda.	2	2
	<u>368</u>	<u>356</u>
Passivo não circulante		
Contratos de mútuos (i)		
TS Brasil S.A.	112.764	86.499
	<u>112.764</u>	<u>86.499</u>

(i) Em 31 de março de 2019 e 31 de dezembro de 2018 os mútuos foram atualizados com base em 100% do CDI.

b. Transações

As transações com partes relacionadas realizadas no período são como segue:

	Controladora		Consolidado	
Operações	31.03.2019	31.03.2018	31.03.2019	31.03.2018
Compras de mercadorias e produtos com TS Brasil S.A. (i)	13.327	-	13.327	-
Resultado com aluguéis e arrendamentos				
Bonsucex Holding S.A. (ii)	-	(12)	-	(12)

Maria Zilda Oliveira de Araújo (iii)	(29)	(114)	(29)	(114)
Resultado financeiro sobre saldos de mútuo				
Maeda S.A. Agroindustrial (iv)	-	(67)	-	-
TS Brasil S.A.	(2.859)	(1.311)	-	-

- (i) Refere-se a aquisição de produtos agrícolas (soja em grãos).
- (ii) Referia-se a aluguel de imóvel residencial destinado ao ex-diretor presidente da Companhia.
- (iii) Contrato de locação de sala comercial para abrigar as instalações da matriz da Companhia, com vencimento em abril de 2020.
- (iv) Incorporada pela controlada TS Brasil S.A em 1º de fevereiro de 2018, conforme divulgação em nota explicativa 1.2 das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

12 Investimentos (Controladora)

12.1 Composição dos investimentos

	<u>Controladora</u>	
	31.03.2019	31.12.2018
Investimentos	771.219	748.466
Mais-valia das terras	196.358	197.296
Ágio	<u>275.484</u>	<u>275.484</u>
	<u>1.243.061</u>	<u>1.221.246</u>

12.2 Movimentação dos investimentos

1º de janeiro a 31 de março de 2019 (Controladora)

	TS Brasil S.A.
Saldos em 31 de dezembro de 2018	1.221.246
Efeito reflexo sobre ajustes de avaliação patrimonial	(25)
Resultado de equivalência patrimonial	22.778
Amortização de intangíveis relacionados a contratos	<u>(938)</u>
Saldos em 31 de março de 2019	<u>1.243.061</u>

12.3 Informações sobre as investidas

31 de março de 2019

Investida	Percentual de participação	Patrimônio líquido / (PL negativo)		Receita líquida	Resultado do período	Efeito no resultado da controladora
		Ativo	Passivo			
TS Brasil S.A.	100,00%	855.813	84.594	771.219	13.037	22.778
Ecotrans Transporte Ltda.	99,99%	-	1.468	(1.468)	-	(4)
Buriti Agrícola Ltda.	100,00%	-	520	(520)	-	(3)
Crateús Algodoeira S.A.	99,48%	-	2	(2)	-	-
Mocuri Agrícola Ltda.	99,99%	-	2	(2)	-	-
						22.771
Resultado de equivalência patrimonial Provisão para perdas em investimentos						22.778
						(7)

Os fluxos de caixa das controladas impactam as informações contábeis intermediárias consolidadas, substancialmente, pelo resultado do seu fluxo de caixa operacional, haja vista que as atividades de financiamento e investimento são representadas, em sua maioria, por repasses de recursos entre as partes.

Os saldos referentes a provisão para perdas em investimentos na Controladora estão assim demonstrados:

	<u>Controladora</u>	
	31.03.2019	31.12.2018
Buriti Agrícola Ltda.	521	518
Mocuri Agrícola Ltda.	2	2
Crateús Algodoeira S.A.	2	2
Ecotrans Transporte Ltda.	1.467	1.463
	1.992	1.985

12.4 Ágio, mais valia e intagíveis sobre investimentos

	31.12.2018	Amortização	31.03.2019
Mais-valia das terras	197.296	(938)	196.358
Ágio	275.484	-	275.484
	472.780	(938)	471.842

O ágio sobre investimentos é originário da aquisição da Maeda em 23 de dezembro de 2010 (posteriormente incorporada na controlada TS Brasil S.A) e da Vanguarda Participações S.A. em 06 de setembro de 2011 (posteriormente incorporada pela Companhia em 23 de dezembro

de 2013). Estes valores foram alocados com base em laudos de alocação de preço pago (“PPA”), emitidos por avaliadores independentes em 28 de março de 2011 e 3 de outubro de 2012, respectivamente. Adicionalmente, vide divulgação de ativo intangível na nota explicativa 16.

13 Propriedade para investimento

As propriedades são compostas por armazéns de grãos localizados em Rosário do Sul - RS, os quais não são utilizados pela Companhia e são mensuradas ao custo, deduzido da depreciação acumulada calculada pelo método linear. Este imóvel é objeto de garantia em discussão de causa tributária.

Em 2019, a Companhia não obteve receitas de alugueis do imóvel supracitado e incorreu em despesas de depreciação no montante de R\$ 131 (em 31 de dezembro de 2018 – R\$ 529).

Em 31 de março de 2019, a propriedade para investimento, na controladora e consolidado é no montante de R\$ 4.586 (em 31 de dezembro de 2018 – R\$ 4.717).

14 Direito de uso dos ativos e passivos de arrendamento

Os contratos de arrendamento e parcerias agrícolas firmados pela Companhia (terras agriculturáveis) junto a terceiros, preveem, em sua maioria, o pagamento de um valor, em uma determinada data, indexados em uma quantidade fixa de soja em grãos. As oscilações dos preços dessa *commodity* são reconhecidas trimestralmente nas rubricas de Direito de uso dos ativos e Passivos de arrendamento.

Em 31 de março de 2019, a Companhia possuía contratados 55.618 hectares de arrendamentos operacionais e parcerias agrícolas mantidos com terceiros, com vencimentos até 2035, conforme abaixo discriminado:

Unidade	Localização	Estado	Área arrendada (em ha)	Vencimento dos contratos	Valores ponderados (em sacas de soja/ha/ano)	Tipo de arrendamento
São José	Campo Novo do Parecis	Mato Grosso	10.295	2035	13,75	Operacional
Ribeiro do Céu	Nova Mutum	Mato Grosso	10.771	2019	15,13	Operacional
Guapirama	Diamantino	Mato Grosso	16.213	2023	12,25	Operacional
Parecis	Campo Novo do Parecis	Mato Grosso	4.670	2019	12,85	Operacional
Mãe Margarida	Sta. Rita do Trivelato	Mato Grosso	7.765	2021	10,67	Operacional
Sete Placas	Diamantino	Mato Grosso	3.186	2020	12,78	Operacional
Terra Santa	Tabaporã	Mato Grosso	2.718	2026	9,75	Operacional
			55.618			

Os vencimentos da parcela registrada no passivo estão demonstrados como segue:

Ano	Total
2019	14.810
2020	21.249
2021	20.882
2022	19.180
2023	10.742
2024	4.987
2025	5.447
2026 a 2030	30.235
2031 a 2035	<u>44.941</u>
	<u>172.473</u>

Os contratos de arrendamentos com terceiros da Companhia são indexados pela cotação da saca de soja na região de cada unidade. Assim, os pagamentos futuros mínimos são estimados em quantidade de sacas de soja, convertidos para a moeda nacional, utilizando-se a cotação da soja em cada região, na data-base do balanço patrimonial. Consequentemente, os valores dos pagamentos mínimos acima demonstrados poderão sofrer significativa variação até o momento do pagamento, em função da alteração do valor do mercado da *commodity*.

Em relação aos contratos de arrendamentos com terceiros ressalta-se que:

- não há cláusulas de pagamentos contingentes;
- não há termos de renovação ou de opções de compra, salvo os termos dispostos na Lei 4.504/64 art. 92, § 3º e 95, IV, que tratam dos direitos dos arrendatários nos termos citados anteriormente;
- os contratos firmados são indexados à variação do preço da saca de soja e não há outras cláusulas de reajustamento;
- não há restrições impostas, tais como as relativas a dividendos e juros sobre o capital próprio, dívida adicional, ou qualquer outra que requeira divulgação adicional.

Em 31 de março de 2019, os montantes pagos de aluguéis variáveis e de curto prazo não incluídos na adoção inicial foram de R\$ 32, na controladora e consolidado.

Movimentação de 1º de janeiro a 31 de março de 2019 (Controladora e Consolidado)

Direito de uso	Adoção inicial	Variação monetária	Depreciação	Saldo final
Terras para exploração	183.750	3.248	(9.862)	177.136
Imóveis	434	-	(81)	353
Veículos	2.322	-	(290)	2.032
Total	<u>186.506</u>	<u>3.248</u>	<u>(10.233)</u>	<u>179.521</u>

Passivo de arrendamentos	Adoção inicial	Varição monetária	Juros apropriados	Pagamentos	Créditos tributários – PIS/COFINS	Saldo final
Terras para exploração	183.749	3.248	3.640	(21.224)	611	170.024
Imóveis	434	-	10	(87)	-	357
Veículos	2.323	-	56	(287)	-	2.092
Total	186.506	3.248	3.706	(21.598)	611	172.473
Circulante						36.436
Não circulante						136.037

15 Imobilizado

15.1 Movimentação de 1º de janeiro a 31 de março de 2019 (Controladora)

Custo	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências	Saldo final
Terras para exploração	2.086	-	-	-	2.086
Edificações e instalações	53.796	9	-	-	53.805
Máquinas e equipamentos	296.927	46	(23.087)	446	274.332
Veículos	27.887	271	(3.280)	-	24.878
Aeronaves	14.175	-	-	-	14.175
Móveis e utensílios	9.971	109	(60)	-	10.020
Imobilizações em curso	513	736	-	(469)	780
Adiantamentos para aquisição de imobilizado	181	549	(524)	(100)	106
Correção de solo	75.826	-	(24)	123	75.925
Outros imobilizados	3.921	-	-	-	3.921
Total	485.283	1.720	(26.975)	-	460.028

Depreciação acumulada	Saldo inicial	Adições (i)	Baixas	Transferências	Saldo final
Edificações e instalações	(12.139)	(477)	-	-	(12.616)
Máquinas e equipamentos	(173.256)	(5.228)	18.274	-	(160.210)
Veículos	(16.453)	(323)	1.394	-	(15.382)
Aeronaves	(8.496)	-	-	-	(8.496)
Móveis e utensílios	(7.689)	(144)	45	-	(7.788)
Correção de solo	(55.702)	(2.330)	19	-	(58.013)
Outros imobilizados	(2.611)	(82)	-	-	(2.693)
Total	(276.346)	(8.584)	19.732	-	(265.198)

Saldo líquidos	2019	2018
Terras para exploração	2.086	2.086
Edificações e instalações	41.189	41.657
Máquinas e equipamentos	114.122	123.671
Veículos	9.496	11.434
Aeronaves	5.679	5.679
Móveis e utensílios	2.232	2.282
Imobilizações em curso	780	513
Adiantamentos para aquisição de imobilizado	106	181
Correção de solo	17.912	20.124
Outros imobilizados	<u>1.228</u>	<u>1.310</u>
Total	<u><u>194.830</u></u>	<u><u>208.937</u></u>

15.2 Movimentação de 1º de janeiro a 31 de março de 2019 (Consolidado)

Custo	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências	Saldo final
Terras para exploração	786.765	-	(4.561)	-	782.204
Edificações e instalações	120.560	9	-	-	120.569
Máquinas e equipamentos	312.989	46	(23.086)	446	290.395
Veículos	27.899	271	(3.280)	-	24.890
Aeronaves	14.175	-	-	-	14.175
Móveis e utensílios	10.008	109	(63)	-	10.054
Imobilizações em curso	513	736	-	(469)	780
Adiantamentos para aquisição de imobilizado	181	549	(524)	(100)	106
Correção de solo	120.334	-	(29)	123	120.428
Outros imobilizados	<u>4.873</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>4.873</u>
Total	<u><u>1.398.297</u></u>	<u><u>1.720</u></u>	<u><u>(31.543)</u></u>	<u><u>-</u></u>	<u><u>1.368.474</u></u>

Saldo

Saldo

Depreciação acumulada	inicial	Adições (i)	Baixas	Transferências	final
Edificações e instalações	(26.460)	(949)	-	-	(27.409)
Máquinas e equipamentos	(175.508)	(5.497)	18.274	-	(162.731)
Veículos	(16.458)	(324)	1.394	-	(15.388)
Aeronaves	(8.496)	-	-	-	(8.496)
Móveis e utensílios	(7.708)	(146)	47	-	(7.807)
Correção de solo	(100.211)	(2.329)	24	-	(102.516)
Outros imobilizados	<u>(2.614)</u>	<u>(82)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(2.696)</u>
Total	<u>(337.455)</u>	<u>(9.327)</u>	<u>19.739</u>	<u>-</u>	<u>(327.043)</u>

Saldo líquidos	2019	2018
Terras para exploração	782.204	786.765
Edificações e instalações	93.160	94.100
Máquinas e equipamentos	127.664	137.481
Veículos	9.502	11.441
Aeronaves	5.679	5.679
Móveis e utensílios	2.247	2.300
Imobilizações em curso	780	513
Adiantamentos para aquisição de imobilizado	106	181
Correção de solo	17.912	20.123
Outros imobilizados	<u>2.177</u>	<u>2.259</u>
Total	<u>1.041.431</u>	<u>1.060.842</u>

- (i) Parcela da depreciação reconhecida no período está alocada nas rubricas de Ativos Biológicos e Estoques e serão realizadas mediante vendas no próximo período. A depreciação incluída nas demonstrações de fluxo de caixa e valor adicionado considera os valores incorridos no resultado do período, conforme demonstrado na nota explicativa 26 - Despesas por natureza.

15.3 Imobilizado dado em garantia

Em 31 de março de 2019, os empréstimos e financiamentos estão garantidos por terras nos montantes totais de R\$ 614.807 (31 de dezembro de 2018 – 615.801).

16 Intangível

a. Controladora

	31.03.2019		31.12.2018	
	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Direitos de uso de <i>softwares</i>	5.620	(4.873)	747	824
Outros intangíveis	174	-	174	174
	<u>5.794</u>	<u>(4.873)</u>	<u>921</u>	<u>998</u>

b. Consolidado

	31.03.2019		31.12.2018	
	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Contratos de arrendamento de terras	50.137	(50.137)	-	-
Direitos de uso de <i>softwares</i>	5.625	(4.876)	749	825
Outros intangíveis	174	-	174	174
Ágio - Consolidado (<i>goodwill</i>)	275.484	-	275.484	275.484
	<u>331.420</u>	<u>(55.013)</u>	<u>276.407</u>	<u>276.483</u>

c. Movimentação do Intangível de 1º de janeiro a 31 de março de 2019

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2019	31.12.2018	31.03.2019	31.12.2018
Saldo inicial	998	1.243	276.483	280.427
Adições	5	155	5	159
(-) Amortização	(82)	(400)	(81)	(405)
(-) Amortização de intangíveis relacionados a contratos	-	-	-	(3.698)
(=) Saldo final	<u>921</u>	<u>998</u>	<u>276.407</u>	<u>276.483</u>

17 Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2019	31.12.2018	31.03.2019	31.12.2018
De insumos agrícolas				
Em moeda estrangeira	197.366	146.590	197.366	146.590
(-) Ajuste a valor presente	(8.126)	(6.958)	(8.126)	(6.958)
Em moeda nacional	29.977	44.376	29.977	44.376
(-) Ajuste a valor presente	(329)	(237)	(329)	(237)
Diversos - em moeda nacional	12.374	8.689	12.376	8.690
	<u>231.262</u>	<u>192.460</u>	<u>231.264</u>	<u>192.461</u>

A Companhia efetua o cálculo do Ajuste a Valor Presente (AVP) sobre a compra dos insumos com prazo de pagamento superior a 90 dias, utilizando a taxa média de 8,83% a.a. (2017 - 7,5% a.a.) para os fornecedores de insumos agrícolas, que a Administração entende ser o custo financeiro médio das suas operações com fornecedores.

Em 31 de março de 2019, os saldos em moeda estrangeira, Controladora e Consolidado, totalizam a US\$ 50.650 mil (em 31 de dezembro de 2018 - US\$ 36.286 mil, Controladora e Consolidado).

18 Empréstimos e financiamentos

Modalidade	Indexador	Custo médio ponderado		Controladora		Consolidado	
		31.03.2019	31.12.2018	31.03.2019	31.12.2018	31.03.2019	31.12.2018
Moeda Nacional							
Aquisição de Imobilizado	R\$	4,04% a.a.	4,07% a.a.	11.487	13.059	11.487	13.059
Crédito à Exportação	R\$	11,97% a.a.	12,82% a.a.	45.910	65.506	45.910	65.506
Crédito Rural, Custeio e Projeto	R\$	11,11% a.a.	12,38% a.a.	49.499	52.397	49.499	52.397
		<u>10,72% a.a.</u>	<u>11,77% a.a.</u>	<u>106.896</u>	<u>130.962</u>	<u>106.896</u>	<u>130.962</u>
Moeda Estrangeira							
Aquisição de Imobilizado	US\$ + Libor 6	7,65% a.a.	7,88% a.a.	3.830	3.741	8.081	7.890
Crédito à Exportação	US\$ + Libor 6	8,44% a.a.	8,32% a.a.	744.904	743.903	744.903	743.903
		<u>8,43% a.a.</u>	<u>8,32% a.a.</u>	<u>748.734</u>	<u>747.644</u>	<u>752.984</u>	<u>751.793</u>
Total		<u>8,72% a.a.</u>	<u>8,83% a.a.</u>	<u>855.630</u>	<u>878.606</u>	<u>859.880</u>	<u>882.755</u>
Circulante				<u>312.355</u>	<u>318.694</u>	<u>313.544</u>	<u>319.781</u>
Não Circulante				<u>543.275</u>	<u>559.912</u>	<u>546.336</u>	<u>562.974</u>

O valor justo dos empréstimos e financiamentos se aproxima, substancialmente, dos valores apresentados nas informações contábeis intermediárias.

Os vencimentos da parcela registrada no passivo não circulante no consolidado estão demonstrados como segue:

Modalidade	Saldo contábil	2020	2021	2022	2023 a 2025
Moeda Nacional					
Aquisição de Imobilizado	4.470	552	1.462	1.391	1.065
Crédito à Exportação	12.000	12.000	-	-	-
Crédito Rural, Custeio e Projeto	14.584	1.750	12.834	-	-
	<u>31.054</u>	<u>14.302</u>	<u>14.296</u>	<u>1.391</u>	<u>1.065</u>
Moeda Estrangeira					
Aquisição de Imobilizado	3.063	1.021	1.021	1.021	-
Crédito à Exportação	512.219	98.051	89.067	127.649	197.452
	<u>515.282</u>	<u>99.072</u>	<u>90.088</u>	<u>128.670</u>	<u>197.452</u>
Total	<u><u>546.336</u></u>	<u><u>113.374</u></u>	<u><u>104.384</u></u>	<u><u>130.061</u></u>	<u><u>198.517</u></u>

Conciliação da movimentação patrimonial com os fluxos de caixa decorrentes de atividades de financiamento (consolidado):

	Empréstimos e financiamentos	NDF	Arrendamentos	Total da dívida
Saldos em 1º de janeiro de 2019	882.755	1.304	-	884.059
Impacto da adoção do CPC 06 (R2) / IFRS 16	-	-	204.615	204.615
Variações dos fluxos de caixa de financiamento	(41.592)	1.136	(20.738)	(61.194)
(+) Captações de empréstimos e financiamentos	30.562	-	-	30.562
(-) Amortização de passivos	(72.154)	-	(21.350)	(93.504)
(+/-) Instrumentos financeiros derivativos pagos	-	1.136	-	1.136
Outras variações	18.717	(3.682)	5.242	20.277
(+) Atualizações juros	17.908	-	-	17.908
(-) Amortizações juros	(5.021)	-	(248)	(5.269)
(+) Apropriação juros	-	-	3.051	3.051
(+/-) Ajustes MTM	-	(3.682)	-	(3.682)
(+/-) Atualizações variação cambial/cambial	5.092	-	2.439	7.531
(-) Custos de captação apropriado como despesa	738	-	-	738
Saldos em 31 de março de 2019	859.880	(1.242)	189.119	1.047.757

(i) Garantias

Os empréstimos e financiamentos da Companhia estão garantidos por alienação fiduciária de bens móveis e imóveis, aval, fiança, fiel depositário, hipoteca, nota promissória e penhor rural. Em relação as modalidades hipoteca e alienação fiduciária de bens imóveis, as terras estão registradas no patrimônio e de suas controladas conforme nota explicativa 15.

Adicionalmente, a integralidade das ações da controlada TS Brasil S.A. foram concedidas em penhor para os bancos Itaú Unibanco S.A. (“Itaú”) e Bradesco S.A. (“Bradesco”) Atualmente, essa controlada possui como principal ativo terras que estão sendo cultivadas pela Companhia e, esses ativos estão em grande parte já concedidos em hipoteca aos mesmos credores ou outros bancos.

(ii) Covenants e Outros compromissos

Como forma de monitoramento da situação financeira da Companhia e suas controladas pelos credores envolvidos em contratos financeiros são utilizados *covenants* financeiros em alguns dos contratos de dívidas. A Companhia realiza o acompanhamento sobre o atendimento a tais cláusulas, e no exercício findo em 31 de dezembro de 2018, os *covenants* dos empréstimos junto aos bancos Bradesco, Santander (Brasil) S.A. (“Santander”) e Banco do Brasil S.A. (“Banco do Brasil”) não foram atendidos mas foram obtidos os *waiver* até o encerramento daquele exercício.

Excepcionalmente, para o exercício findo naquela data, os *waiver* obtidos permitiram a classificação dos saldos observando os vencimentos contratuais, conforme condições abaixo:

- a) Bradesco e Banco do Brasil:
Limite para relação de até 6,0 vezes Dívida x EBITDA Ajustado;
- b) Santander:
Limite para relação de até 6,0 vezes Dívida x EBITDA Ajustado;
Relação de liquidez corrente seja inferior a 1,1 vezes;
Relação de patrimônio líquido sobre ativo total inferior a 0,50 vezes.

Para os períodos iniciados após 1º de janeiro de 2019, os contratos celebrados possuem *covenants* financeiros padronizados sobre as demonstrações financeiras a findar em 31 de dezembro de 2019, conforme segue:

- a) Itaú Unibanco:
Limite para relação de 5,6 vezes Dívida x EBITDA Ajustado;
Manutenção de participação societária mínima dos principais acionistas da Companhia.
- b) Bradesco e Banco do Brasil:
Limite para relação de 4,0 vezes Dívida x EBITDA Ajustado;
Manutenção de participação societária mínima dos principais acionistas da Companhia.
- c) Santander:
Limite para relação de 3,0 vezes Dívida x EBITDA Ajustado;
Manutenção de liquidez corrente superior a 1,1 vezes para todos os períodos
Manutenção de relação de patrimônio líquido sobre ativo total superior a 0,50 vezes.

No âmbito dos contratos de financiamentos firmados junto aos bancos Itaú e Bradesco, a Companhia possui um incentivo a liquidação antecipada, através da criação de um *fee letter* (despesa) crescente previsto nos contratos pela ausência de liquidação antecipada dos contratos, ou seja, esse valor iniciou com saldo zero e crescerá gradativamente até 2022 (Bradesco) e 2025 (Itaú), quando atingirá o montante de US\$ 15.136 mil, equivalentes a R\$ 58.980. Os valores da tabela abaixo, em milhares de dólares norte-americanos, somente serão devidos quando da ausência de liquidação antecipada da dívida, ou ao final da mesma.

	Itaú	Bradesco	Total
Período	US\$	US\$	US\$
15/06/2019	876	574	1.450
15/12/2019	806	528	1.334
15/06/2020	273	488	761
15/12/2020	655	667	1.322
15/06/2021	651	789	1.440
15/12/2021	655	1.027	1.682
15/06/2022	651	861	1.512
15/12/2022	655	1.058	1.713
15/06/2023	651	-	651
15/12/2023	655	-	655
15/06/2024	655	-	655
15/12/2024	655	-	655
15/06/2025	651	-	651
15/12/2025	655	-	655
	<u>9.144</u>	<u>5.992</u>	<u>15.136</u>

Em 31 de março de 2019, a Companhia tem provisionado a título de *fee letter* o montante de R\$ 2.947 (em 31 de dezembro de 2018 – R\$ 2.698).

Em abril de 2019, conforme divulgado na nota explicativa 33, a Companhia concluiu a renegociação da dívida junto ao Bradesco.

19 Adiantamentos de clientes

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2019	31.12.2018	31.03.2019	31.12.2018
Clientes nacionais	7.652	4.820	7.762	6.880
Clientes estrangeiros	<u>29.021</u>	<u>139.815</u>	<u>29.021</u>	<u>139.815</u>
	<u>36.673</u>	<u>144.635</u>	<u>36.783</u>	<u>146.695</u>

Em 31 de março de 2019, os valores da Controladora e do Consolidado, em moeda estrangeira, correspondem a US\$ 7.448 mil (em 31 de dezembro de 2018 - US\$ 36.083 mil, Controladora e Consolidado).

A Companhia possui adiantamentos que correspondem a R\$ 19.439 sobre os quais incidem taxas de juros entre 9,0% a 10,0% a.a. (em 31 de dezembro de 2018 – R\$ 97.382 incidem taxas de juros entre 8,5% a 10% a.a.).

20 Tributos parcelados

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2019	31.12.2018	31.03.2019	31.12.2018
PRT	19	99	2.895	3.492
Previdenciário	23.151	24.046	23.698	24.615
Outros	-	-	478	501
	<u>23.170</u>	<u>24.145</u>	<u>27.071</u>	<u>28.608</u>
Circulante	<u>5.335</u>	<u>5.322</u>	<u>6.459</u>	<u>6.943</u>
Não circulante	<u>17.835</u>	<u>18.823</u>	<u>20.612</u>	<u>21.665</u>

21 Provisão para demandas judiciais

A Administração, com base na análise individual dos processos impetrados contra a Companhia e suas controladas e suportada por opinião de seus consultores jurídicos, constituiu provisões no passivo não circulante, para riscos com perdas consideradas prováveis, conforme demonstrado a seguir:

Causas	Consolidado					
	31.03.2019			31.12.2018		
	Provisão	Depósitos judiciais	Valor líquido	Provisão	Depósitos judiciais	Valor líquido
Trabalhistas	9.269	(2.666)	6.603	9.097	(2.553)	6.544
Tributárias	11.049	-	11.049	9.660	-	9.660
Cíveis	<u>9.011</u>	<u>(362)</u>	<u>8.649</u>	<u>8.788</u>	<u>(362)</u>	<u>8.426</u>
Total	<u>29.329</u>	<u>(3.028)</u>	<u>26.301</u>	<u>27.545</u>	<u>(2.915)</u>	<u>24.630</u>
Depósitos judiciais (ativo não circulante)			<u>22.344</u>			<u>21.998</u>

21.1 Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais são representados substancialmente por uma ação proposta pela controlada TS Brasil S.A. no exercício de 2011, que visa à declaração do direito de preferência para a aquisição de imóvel rural, objeto de contrato de arrendamento anterior e sua consequente adjudicação. A sentença de primeiro grau julgou improcedente a ação.

Em agosto de 2013, os autores interpuseram recurso de apelação, ao qual foi dado parcial provimento, mantendo-se a improcedência, mas reduzindo o valor da condenação. Foram opostos embargos de declaração pelos autores e apelados, os quais foram rejeitados. Em continuidade foi

interposto recurso especial pelos autores apelantes e outro pelos réus apelados, sendo aquele admitido e este inadmitido na origem.

Os réus interpuseram recurso de agravo em face da decisão que negou seguimento ao seu recurso especial e os autores interpuseram medida cautelar para antecipar os efeitos do recurso especial admitido. A parte autora peticionou informando o depósito do valor destinando à caução, sendo deferida liminar para conferir efeito suspensivo ao recurso especial e assegurar a posse do imóvel litigado até julgamento do referido recurso. Em continuidade, com base na cautela, análise dos cenários possíveis e o constante no voto do Desembargador, os autores entenderam por realizar em julho de 2017, o depósito complementar de R\$ 11.558 para eliminar eventual obstáculo ao reconhecimento do direito de preferência da TS Brasil S.A. na aquisição do imóvel litigado. Processo em fase recursal no STJ, sob o nº 1.578.771/MT, não proveu o recurso da TS Brasil S.A., por unanimidade, por entender que a análise das questões demandaria revolvimento de matéria fática. A TS Brasil S.A. opôs embargos de declaração com pedido de efeito suspensivo, tendo este sido negado (efeito suspensivo), por entender o ministro que a liminar de manutenção de posse concedida na ação cautelar segue vigente até trânsito em julgado do recurso especial. Em razão do julgamento de improcedência, as partes firmaram acordo judicial para encerramento da lide, homologado em 15 de abril de 2019, pactuando que a propriedade da área permanecera com a Agropecuária Leyton Ltda., conseqüentemente, será realizada a devolução dos valores depositados a título de direito de preferência para empresa TS Brasil. Homologado acordo, aguardando liberação dos alvarás para levantamento dos valores.

Em 31 de março de 2019, o valor contábil atualizado do depósito judicial supracitado é de R\$ 18.712 (R\$ 18.160 em 31 de dezembro de 2018).

A Companhia e suas controladas possuem depósitos judiciais para os quais não mantêm provisão para contingências nos montantes totais de R\$ 3.613 (controladora) e R\$ 22.344 (consolidado), respectivamente (em 31 de dezembro de 2018 - R\$ 3.508 e R\$ 21.998, respectivamente).

21.2 Movimentação das provisões cuja perda estimada é provável, de 1º de janeiro a 31 de março de 2019 (Consolidado)

Causas	Consolidado			
	Trabalhistas	Tributárias	Cíveis	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2018	6.544	9.660	8.426	24.630
Novos processos e complementos	153	1.154	150	1.457
Pagamentos no período	(82)	(15)	(54)	(151)
Depósitos judiciais relacionados	(347)	-	-	(347)
Encargos financeiros no período	335	250	127	712
Saldos em 31 de março de 2019	<u>6.603</u>	<u>11.049</u>	<u>8.649</u>	<u>26.301</u>

21.3 Ações com perda classificada como possível

As ações abaixo apresentadas compreendem aquelas cuja estimativa de perda é possível, conforme opinião da Administração, baseada na opinião de seus assessores jurídicos, e por isso não estão provisionadas nas informações contábeis intermediárias:

Causas	<u>Controladora e Consolidado</u>	
	31.03.2019	31.12.2018
Tributárias (i)	159.512	113.824
Trabalhistas	15.710	16.206
Cíveis (ii)	<u>23.371</u>	<u>49.327</u>
	<u>198.593</u>	<u>179.357</u>

- (i) A variação no período é substancialmente representada por autos de infração emitidos pela Secretarial Estadual de Fazenda do Estado de Mato Grosso referente a cobrança de ICMS em operações com mercadorias que foram efetivamente exportadas no período de 2011 a 2012.
- (ii) A variação no período é representada por acordo firmado entre a Companhia e Agropecuária Leyton Ltda. para extinção de todos os processos nos quais a Companhia figurava em polo ativo e passivo. Não houve honorários devidos aos advogados de ambas as partes.

a. Tributárias

As demandas tributárias classificadas com risco possível referem-se a pedidos de ressarcimento de créditos de COFINS não cumulativo; supostos recolhimentos a menor de percentual de diferencial de alíquota em operações estaduais; aproveitamento de créditos de ICMS indevidamente, referentes à compra de energia elétrica; indeferimentos de pedidos de compensação de créditos de IPI; ausência de declaração de valores referentes a contribuições em guias de recolhimento de FGTS e informações à Previdência Social (GFIP); supostos recolhimentos inferiores ao devido de contribuição previdenciária da agroindústria (SENAR); declarações de indébitos de IRPJ e CSLL; suposta falta de recolhimento do IRRF sobre ganho de capital auferido sobre pessoas jurídicas em operação de incorporação de ações da Maeda S.A. (posteriormente incorporada na controlada TS Brasil S.A) pela Companhia; autos de infrações de cobrança de contribuições previdenciárias incidentes sobre a receita bruta proveniente das exportações da produção rural de algodão e soja através de *tradings* e manifestações de inconformidade referentes a Pedidos Eletrônicos de Ressarcimento (PER) e Declarações de Compensação (DCOMP) para compensações de créditos presumidos de IPI.

Os escritórios e advogados responsáveis classificam como perda possível em razão da jurisprudência dos tribunais regionais e superiores ainda não estar pacificada quanto aos temas, da pouca especificidade de algumas teses de defesa e em alguns casos, poucos julgados sobre a matéria em discussão, além de precedência de *leading cases* de casos semelhantes com decisões controvertidas.

b. Trabalhistas

As reclusatórias trabalhistas com perda classificada como possível cingem-se basicamente a pedidos relativos a acidentes de trabalho e/ou decorrente das atividades laborais; indenizações por danos materiais e morais em razão de tais fatos; adicionais de insalubridade; reversão de justa causa; horas extraordinárias e reflexos; indenização por estabilidade provisória; responsabilidade solidária em razão de terceirização de serviços; reflexos no 13º salário, férias e outras verbas; e

contribuições ao INSS e FGTS.

Tratam-se de reclamatórias usualmente promovidas por ex-colaboradores, pleiteando as verbas e direitos supostamente sonegados pela Companhia no interregno do vínculo de trabalho.

Os escritórios e advogados responsáveis classificam as mesmas como possíveis em razão da existência de vasta documentação comprovando o correto pagamento das verbas; além da existência de documentos comprovando a real jornada de trabalho (cartão de ponto); entrega de equipamentos de proteção individual (EPI); treinamentos e orientações de segurança; exames médicos; investigações de acidentes e eventuais desvios de condutas dos colaboradores para aplicação de demissão por justa causa, além de outros documentos referentes ao contrato de trabalho.

c. Cíveis

As ações judiciais cíveis com perda classificada como possível apresentam pedidos de cobrança em razão de inadimplemento contratual, cobrança de danos materiais e morais decorrentes de acidente de trânsito, execução decorrente de auto de infração ambiental e ação civil pública decorrentes de supostos danos causados ao meio ambiente.

Os escritórios e advogados responsáveis classificam as ações cíveis como possíveis por conta da existência de documentos e outros meios de provas aptos a comprovar os fatos impeditivos, modificativos ou extintivos dos direitos dos autores, além de precedentes jurisprudenciais.

FWA Empreendimentos e Participações S.A.

No terceiro trimestre de 2017, a FWA Empreendimentos e Participações S.A. (“FWA”), ajuizou ação de Rescisão Contratual com pedido de Antecipação de Tutela que tem por objetivo a rescisão do contrato de Compra e Venda de Bens Imóveis e suas benfeitorias, firmado na data de 30 de setembro de 2014 com a Companhia, e por consequência, a rescisão do termo aditivo ao arrendamento e a devolução de caminhões que constituíram a forma de pagamento. Em sede de primeiro grau foi parcialmente deferida a antecipação de tutela em favor da parte autora no sentido de suspender os atos de plantio sobre a área arrendada para a safra 2017/2018, ao que foi interposto agravo de instrumento no Tribunal de Justiça pela parte Companhia para anular a decisão, visto que já fora efetuado o plantio em aproximadamente 70% da área arrendada litigada e já haviam sido adquiridos os insumos para o plantio do restante da área. O agravo de instrumento foi julgado improcedente, mantendo-se a decisão do juízo de primeiro grau. Diante da manutenção da decisão foi interposto agravo regimental para que o Tribunal, em retratação, permitisse o plantio nos 30% de área remanescente, tendo em vista os irreparáveis prejuízos que seriam aferidos pela Companhia caso a decisão se mantivesse. O agravo regimental teve parcial provimento, permitindo à Companhia finalizar o plantio de soja no restante da área litigada. A FWA apresentou agravo interno contra a decisão que concedeu o direito de plantio na área restante, sendo o mesmo parcialmente provido para limitar o plantio a safra de soja. Em novo agravo interposto pela FWA, houve decisão que determinou a desocupação dos imóveis pela Companhia no prazo de 30 (trinta) dias. A Companhia interpôs agravo interno visando a revogação da ordem de desocupação, que restou desprovido. Em razão desta decisão, foram interpostos embargos de declaração, que aguardam julgamento. Quanto ao processo principal, em trâmite na Comarca de Nova Mutum - MT, já foi realizada audiência de conciliação e especificação de provas a serem produzidas. Aguardando julgamento dos embargos de declaração.

Em 31 de março de 2019, a Companhia possui registrado na rubrica de “Outros ativos no ativo

não circulante” o valor de R\$ 14.275 (em 31 de dezembro de 2018 - R\$ 14.275) referente a adiantamentos realizados sobre o contrato de arrendamento mencionado, montante esse que poderia ser considerado não realizável somente em eventual decisão desfavorável.

Com base no entendimento dos consultores externos a Companhia e seus assessores jurídicos classificam o risco de perda dessa causa como possível e avaliam que na hipótese de derrota no referido processo a condenação será fixada em R\$ 7.654 (em 31 de dezembro de 2018 - R\$ 7.654).

21.4 Outras informações

As demais ações consideradas relevantes pela Administração da Companhia são:

a. Reclamações trabalhistas

Em 17 de março de 2009, a Companhia foi notificada da existência da demanda pelo descumprimento de cláusula contratual com M. C. de M. (cláusula penal) e pedido indenizatório em razão de suposta estabilidade. A ação foi julgada procedente em primeira e segunda instâncias e ainda está pendente de julgamento de Agravo Regimental junto ao Tribunal Superior do Trabalho (TST). O Reclamante deu início a execução provisória da sentença, sendo que na data de 15 de setembro de 2015 foi expedida Carta Precatória para o município de Nova Mutum para penhora dos bens imóveis oferecidos em garantia pela Companhia. O valor atualizado da condenação é de R\$ 21.025. (em 31 de dezembro de 2018 - R\$ 20.247), dos quais a Companhia provisiona o montante de R\$ 5.540 em 31 de março de 2019 (em 31 de dezembro de 2018 - R\$ 5.310), sendo que o restante do valor atualizado da condenação de R\$ 15.485 (em 31 de dezembro de 2018 - R\$ 14.937), é considerado possível pela Companhia e seus advogados em razão da possibilidade de redução do valor atualizado da cláusula penal de R\$ 5.000 para R\$ 1.000, em valores originais.

b. Ação cível - Construrio Ltda.

Trata-se de ação de reintegração de posse cumulada com perdas e danos movida pela Construrio Ltda. em face de ex-investidor da Companhia (Processo no 1031/2006/2ª Vara/Comarca de Nova Mutum). Nesta ação foi proferida sentença, que após a oposição de embargos de declaração, rejeitado pelo juiz, foi publicada em 1º de fevereiro de 2012, julgando procedentes os pedidos para: (i) determinar a reintegração na posse da Construrio Ltda.; e (ii) condenar o réu ao pagamento de indenização pelo período de utilização da posse, devendo o quantum indenizatório ser apurado em liquidação de sentença. Foi interposto recurso de apelação, que foi recebido e julgado improcedente. Interpusemos Recurso Especial (REsp), ao qual foi negado seguimento. Em razão da decisão que negou seguimento ao REsp, foi interposto Agravo Regimental, também improvido. Por fim, foi interposto recurso de embargos de declaração, que foi julgado improcedente e a ação transitou em julgado. A execução definitiva da sentença está em trâmite e o autor já foi reintegrado na posse do imóvel. Está pendente apenas a apuração do valor da indenização pelo uso da terra. A possibilidade de perda é provável no montante de R\$ 7.570, o qual está provisionado em 31 de março de 2019 (em 31 de dezembro de 2018 - R\$ 7.426).

22 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de março de 2019 e 31 de dezembro de 2018, o capital social era representado por 17.914 mil ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, no montante de R\$ 2.728.353.

Adicionalmente, a Companhia possui R\$ 20.851 de gastos com emissão de ações, referente ao processo de abertura de capital, como conta redutora do capital, totalizando R\$ 2.707.502.

As ações de emissão da Companhia são exclusivamente ordinárias e têm a forma nominativa, escritural e sem valor nominal.

Fica assegurado aos acionistas, na proporção das ações de que forem titulares, direito de preferência para subscrição de aumentos de capital.

b. Destinação dos lucros

O lucro líquido do exercício, após a dedução dos prejuízos acumulados, se houver, terá a seguinte destinação:

- 5% serão aplicados na constituição de reserva legal, a qual não poderá exceder 20% do capital social.
- 25% do lucro líquido de cada exercício será distribuído como dividendos obrigatórios, nos termos do artigo 202, da Lei nº 6.404/76.

Caso, após as deduções previstas acima, ainda haja saldo, o mesmo ficará à disposição da Assembleia para destinação.

23 Instrumentos financeiros

a. Considerações gerais

No curso normal de suas operações, a Companhia e suas controladas estão expostas a riscos, tais como riscos de mercado e de crédito. Esses riscos são monitorados pela Administração utilizando-se instrumentos de gestão e políticas definidas pelo Conselho de Administração.

b. Gestão de risco de capital

A Companhia administra seu capital, para assegurar que possa continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que procura maximizar o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

A estrutura de capital da Companhia é formada por capital próprio, que inclui capital e reservas e o capital de terceiros.

A Administração da Companhia revisa anualmente a sua estrutura de capital, considerando as determinações de cláusulas de *covenants* das operações de empréstimos e financiamentos (nota explicativa 17 (ii)). Como parte dessa revisão, a Administração considera o custo de capital e os riscos associados a cada classe de capital.

c. Principais políticas contábeis

Os detalhes a respeito das principais políticas contábeis e métodos adotados, inclusive o critério para reconhecimento, a base para mensuração e a base na qual as receitas e despesas são reconhecidas no resultado em relação a cada classe de instrumentos financeiros. Conforme descrito na nota explicativa 2, exceto pelo tópico 2.2.3, as políticas contábeis são as mesmas utilizadas nas demonstrações financeiras anuais do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, exceto pelas adoções das novas normas.

d. Categoria de instrumentos financeiros

	Classificação	Controladora		Consolidado	
		31.03.2019	31.12.2018	31.03.2019	31.12.2018
Ativo					
Caixa e equivalentes de caixa	Valor justo por meio do resultado	35.884	23.061	35.912	30.677
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo por meio do resultado	2.017	2.647	2.017	2.647
Contas a receber de clientes	Custo amortizado	87.422	16.976	87.726	17.111
Títulos a receber	Custo amortizado	17.865	14.640	33.858	30.404
Outros ativos	Custo amortizado	17.503	16.857	17.507	16.868
		<u>160.691</u>	<u>74.181</u>	<u>177.020</u>	<u>97.707</u>
Passivo					
Fornecedores	Custo amortizado	231.262	192.460	231.264	192.461
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	855.630	878.606	859.880	882.755
Arrendamentos a pagar	Custo amortizado	172.473	13.251	172.473	13.251
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo por meio do resultado	775	3.951	775	3.951
Títulos a pagar	Custo amortizado	12.599	8.857	14.148	10.385
Mútuos	Custo amortizado	112.764	86.499	-	-
		<u>1.385.503</u>	<u>1.183.624</u>	<u>1.278.540</u>	<u>1.102.803</u>

Em função das operações da Companhia apresentarem natureza comercial e atenderem ao critério de somente principal mais juros, foram classificadas ao “custo amortizado”.

e. Classificação e metodologia de apuração do valor justo dos instrumentos financeiros

Os saldos das contas a receber de clientes, títulos a receber, outros ativos, contas a pagar aos fornecedores, títulos a pagar e mútuos pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*) no caso de contas a receber e títulos a receber, se aproximam de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para a Companhia e suas controladas para instrumentos financeiros similares.

A Companhia e suas controladas aplicam o Pronunciamento Técnico CPC 40 / IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia:

Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (Nível 1).

Informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços) (Nível 2).

Inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não observáveis) (Nível 3).

Para os contratos de câmbio a termo, o valor justo é determinado utilizando taxas de câmbio a termo cotadas na data do balanço e cálculos de valor presente baseados em curvas de rendimento de investimentos com alta qualidade de crédito nas respectivas moedas contratadas.

Em 31 de março de 2019, os instrumentos financeiros derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado estão classificados no nível 2 nos montantes de R\$ 2.017 (ativo circulante) e R\$ 775 (passivo circulante), respectivamente (em 31 de dezembro de 2018 – R\$ 2.647 (ativo circulante) e R\$ 3.951 (passivo circulante), respectivamente).

f. Gerenciamento de risco financeiro

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: risco de crédito, risco de liquidez e risco de mercado. Essa nota apresenta informações sobre a exposição a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da Companhia, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco e o gerenciamento de capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas informações contábeis intermediárias e também, nessa nota explicativa.

g. Estrutura do gerenciamento de risco

O Conselho de Administração, assessorado pelo Conselho Fiscal, bem como pelo Comitê Estratégico Financeiro tem responsabilidade e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia.

Os riscos operacionais da Companhia são constantemente avaliados pela auditoria interna, a qual se reporta diretamente ao Conselho Fiscal, órgão que tem por objetivo supervisionar e estabelecer as diretrizes a serem seguidas pela auditoria interna.

Do ponto de vista dos riscos financeiros, foi criado o Comitê Operacional de Riscos, órgão não estatutário e composto pela diretoria da Companhia, com o objetivo de monitorar e administrar os riscos de exposição ao câmbio, taxas de juros, crédito e as *commodities* agrícolas, bem como tomar as medidas necessárias com o objetivo de diminuir as exposições.

Os principais riscos de mercado a que a Companhia e suas controladas estão expostas na condução das suas atividades são:

(i) Risco de crédito

O risco surge da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. O risco de crédito é administrado por normas específicas de aceitação de clientes, análise de crédito e estabelecimento de limites de exposição por cliente. Historicamente, a Companhia e suas controladas não registram perdas significativas nas contas a receber de clientes.

A Administração mantém procedimentos de cobrança de clientes, conforme segue:

- (a) Créditos vencidos acima de 30 (trinta) dias: Efetuar notificação extrajudicial, informando antecipadamente a contraparte quanto a inclusão nos cadastros de restrição ao crédito.
- (b) Cadastramento em órgão de restrição ao crédito: A contraparte será incluída no cadastro de restrição ao crédito após 30 dias decorridos da confirmação do recebimento da notificação extrajudicial.
- (c) Créditos vencidos acima de noventa dias: Será realizada cobrança judicial, reunindo todos os documentos referentes à operação da negociação realizada.

A Companhia e suas controladas efetuam a análise individual dos clientes para a constituição da provisão para perdas de crédito esperadas, estabelecendo uma matriz de provisão que é baseada em seu histórico de perdas de crédito, ajustada a fatores prospectivos específicos do ambiente econômico na qual atua e por qualquer garantia financeira relacionada ao recebível.

Parcela substancial das vendas da Companhia e de suas controladas é realizada para clientes seletos e altamente qualificados, principalmente *trading companies*.

A tabela a seguir fornece informações sobre a exposição ao risco de crédito e perdas de crédito esperadas de contas a receber de clientes e títulos a receber em 31 de março de 2019:

			Controladora		Consolidado		
Contas a receber de clientes							
	Nível	Rating	Taxa	Saldo contábil	Provisão	Saldo contábil	Provisão
	Risco baixo	A	0,1%	83.793	(84)	83.793	(84)
	Risco razoavel	B	0,5%	3.719	(19)	3.719	(19)
	Duvidoso	C	10,0%	14	(1)	351	(35)
	Perda	D	100,0%	-	-	197	(196)
				87.526	(104)	88.060	(334)
Títulos a receber							
	Risco razoavel	B	0,5%	6.728	(34)	20.928	(105)
	Duvidoso	C	10,0%	13.142	(1.314)	15.414	(1.541)
	Perda	D	100,0%	4.877	(4.877)	4.877	(4.877)
				24.747	(6.225)	41.219	(6.523)
				112.273	(6.329)	129.279	(6.857)

Em função do mencionado acima, a Administração entende que o perfil de sua carteira de clientes não expõe a Companhia a riscos significativos de crédito. A Companhia considera o saldo de contas a receber de clientes e títulos a receber, como exposto a este risco. Em 31 de março de 2019 o saldo é de R\$ 105.944 na controladora e R\$ 122.422 no consolidado (R\$ 31.616 na controladora e R\$ 47.515 em 31 de dezembro de 2018).

(ii) Gerenciamento do risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de que a Companhia e suas controladas irão encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia e suas controladas na Administração da liquidez é de garantir e, na medida do possível, que sempre terão liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a sua reputação.

A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos e financiamentos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

Em 31 de março de 2019, a Companhia efetuou pagamentos de empréstimos e financiamentos, incluindo juros e custos de captação, às instituições financeiras no montante de R\$ 77.175 (em 31 de dezembro de 2018 – R\$ 373.188), no consolidado. A Companhia não possuía linhas de créditos contratadas em 31 de março de 2019, que não estivessem sendo utilizadas.

As tabelas abaixo analisam os passivos financeiros da Companhia e suas controladas, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento.

	Consolidado				Total
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Mais de cinco anos	
Em 31 de março de 2019					
Fornecedores	239.719	-	-	-	239.719
Empréstimos e financiamentos	327.268	259.851	400.827	-	987.946
Arrendamentos a pagar	47.218	33.050	78.030	109.609	267.907
Instrumentos financeiros derivativos	775	-	-	-	775
Títulos a pagar	11.141	20.612	-	-	31.753
	<u>626.121</u>	<u>313.513</u>	<u>478.857</u>	<u>109.609</u>	<u>1.528.100</u>

Os valores acima apresentados referem-se ao desembolso de caixa não descontado.

(iii) Risco de taxa de câmbio

A Companhia tem compromissos de venda, bem como de compras e de empréstimos e financiamentos, em moeda estrangeira. A Companhia contrata derivativos para reduzir a exposição ao risco de mudança na taxa de câmbio. Assim, o referido risco de câmbio é calculado levando-se em consideração os seguintes aspectos: (i) o impacto nas contas do balanço que são indexadas a moeda estrangeira; (ii) o impacto no fluxo de caixa das entradas e saídas de fluxo financeiro indexados à moeda estrangeira e; (iii) a Companhia adota a prática de

hedge accounting, designando suas dívidas expostas à variação do risco cambial como *hedge* tanto das suas vendas futuras para fins de exportação, bem como vendas futuras indexadas ao dólar norte-americano, como descrito no item (h).

As variações cambiais dos empréstimos e financiamentos designados são classificadas na rubrica de “Ajustes de avaliação patrimonial” no patrimônio líquido e tais valores são realizados na demonstração do resultado nos períodos em que o item protegido por *hedge* afetar o resultado, cujos efeitos são apropriados ao resultado, na rubrica “Receita líquida de vendas”, de modo a minimizar as variações indesejadas do objeto do *hedge*.

Análise de sensibilidade de moeda estrangeira

A Companhia possui ativos e passivos atrelados à moeda estrangeira no balanço de 31 de março de 2019. Para fins de análise de sensibilidade, a Administração adotou como cenário I (provável) a taxa de mercado futuro vigente na data-base de elaboração destas informações contábeis intermediárias, para o cenário II (possível) esta taxa foi corrigida em 25% e para o cenário III (remoto) em 50%.

Descrição	Exposição líquida em US\$ mil	Cenário I - Provável			Cenário II - Possível			Cenário III - Remoto		
		Taxa (*)	R\$	ganho (perda)	Taxa	R\$	ganho (perda)	Taxa	R\$	ganho (perda)
Ativos										
Depósitos bancários	5.826	4,0204		720	5,0254		5.856	6,0305		11.712
Contas a receber de clientes	22.068	4,0204		2.729	5,0254		22.180	6,0305		44.361
Passivos										
Fornecedores de insumos	50.650	4,0204		(6.263)	5,0254		(50.907)	6,0305		(101.815)
Arrendamentos a pagar	44.261	4,0204		(5.473)	5,0254		(44.487)	6,0305		(88.973)
Empréstimos e financiamentos (1)	26.728	4,0204		(3.305)	5,0254		(26.864)	6,0305		(53.728)
Efeito líquido no resultado				<u>(11.592)</u>			<u>(94.222)</u>			<u>(188.443)</u>
Passivos										
Empréstimos e financiamentos (2)	166.508	4,0204		(20.590)	5,0254		(167.356)	6,0305		(334.711)
Efeito líquido no resultado abrangente				<u>(20.590)</u>			<u>(167.356)</u>			<u>(334.711)</u>
Efeito líquido total no patrimônio líquido				<u>(32.182)</u>			<u>(261.578)</u>			<u>(523.154)</u>

(*) A taxa de conversão (R\$ 4,0204 para US\$ 1,00) utilizada nas tabelas de sensibilidade como cenário provável para os próximos 12 meses foi obtida na B3 - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros na data base de 31 de março de 2019.

(1) Empréstimos e financiamentos não designados no *hedge accounting* e com efeito no resultado do período.

(2) Empréstimos e financiamentos designados no *hedge accounting* e com efeito no patrimônio líquido.

A Companhia e suas controladas possuem contratos de venda em dólar norte-americano de produtos agrícolas, conforme divulgado na nota explicativa 30 no montante de US\$ 83.795 mil. Não foram adicionados na tabela acima, já que ainda não foram faturadas e portanto não estão registrados nas contas a receber de clientes.

Os empréstimos e financiamentos da Companhia nominados em dólares norte-americanos estão designados no *hedge accounting*. Eventuais perdas nesses instrumentos em função da apreciação da taxa do dólar norte-americano frente ao real resultarão, em contrapartida, ganhos dos itens protegidos (no caso, as receitas da Companhia) e vice-versa.

(iv) Risco de taxa de juros

A Companhia possui empréstimos e financiamentos indexados pela variação da LIBOR, e aplicações financeiras indexadas à variação do CDI, expondo estes ativos e passivos às flutuações nas taxas de juros conforme demonstrado no quadro de sensibilidade abaixo. A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas.

Análise de sensibilidade de variação nas taxas de juros

Para efeito de análise de sensibilidade, e utilizando os saldos de aplicações financeiras e de empréstimos e financiamentos em 31 de março de 2019, a Companhia oferece o cenário I (provável) a partir das expectativas de mercado para a média na taxa básica de juros em 2019. Na projeção do cenário II (possível), essa média foi corrigida em 25%, e para o cenário III (remoto), em 50%.

Modalidade	Exposição líquida em R\$ mil	Taxa a.a (*)	Cenário I		Cenário II		Cenário III	
			R\$ ganho (perda)	Taxa a.a	R\$ ganho (perda)	Taxa a.a	R\$ ganho (perda)	
Aplicações financeiras								
CDI	101	6,40%	(6)	8,00%	8	9,60%	10	
Empréstimos e financiamentos								
Libor 6 meses	752.984	2,65%	(19.960)	3,31%	(24.950)	3,98%	(29.940)	
Efeito líquido no resultado			(19.966)		(24.942)		(29.930)	

(*) As taxas utilizadas nas tabelas de sensibilidade como cenário provável foram extraídas nos sites dos órgãos oficiais de divulgação dos respectivos índices.

(v) Valor de mercado dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros da Companhia mensurados ao custo amortizado são representados, substancialmente, por aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos que são corrigidos por taxas de juros variáveis, conforme divulgado nas respectivas notas explicativas.

Adicionalmente, a Companhia e suas controladas possuem instrumentos financeiros representados por contas a receber de clientes e contas a pagar a fornecedores substancialmente com vencimento em curto prazo. No entendimento da Administração devido a essas características o valor justo destes instrumentos é próximo aos saldos contábeis.

(vi) Risco dos preços das commodities

A Companhia produz e comercializa soja, milho, girassol e derivados de algodão (caroço e pluma), produtos esses caracterizados como *commodities agrícolas* e oriundos de produção própria.

As *commodities* são negociadas no Brasil e no exterior e possibilitam a adoção de ferramentas de proteção de preços.

A maior parte da proteção contra a variação dos preços das *commodities* é realizada através de vendas antecipadas diretamente aos clientes com entrega física.

A Companhia gerencia o risco de exposição a *commodities*, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos.

(vii) Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos têm o propósito de proteger suas operações contra os riscos de flutuação na taxa de câmbio e nos preços das *commodities* e não são utilizados para fins especulativos.

Tipo	31.03.2019			31.12.2018		
	Valor de referência (nocional), em USD	Valor justo (mercado) em R\$	Efeito no resultado financeiro em R\$	Valor de referência (nocional), em USD	Valor justo (mercado) em R\$	Efeito no resultado financeiro em R\$
Ativo						
<i>Commodities</i> moeda - Milho	-	-	-	-	-	(673)
<i>Commodities</i> preço - Milho	-	-	-	-	-	210
<i>Commodities</i> preço - Algodão	10.851	2.017	407	14.468	2.647	6.349
	10.851	2.017	407	14.468	2.647	5.886
Passivo						
<i>NDF</i> de valor justo (USD)	21.800	(775)	3.275	26.900	(3.951)	1.724
<i>Commodities</i> moeda - Milho	-	-	-	-	-	(503)
<i>Commodities</i> preço - Algodão	-	-	-	-	-	321
	21.800	(775)	3.275	26.900	(3.951)	1.542

h. Hedge accounting

Desde agosto de 2013, a Companhia efetua a designação formal de suas operações sujeitas a *hedge accounting* para os instrumentos financeiros não derivativos de proteção de fluxos de caixa das receitas de exportação de soja, algodão em pluma, caroço de algodão e milho, documentando: (i) o relacionamento do *hedge*; (ii) o objetivo e estratégia de gerenciamento de risco da Companhia em tomar o *hedge*; (iii) a identificação do instrumento financeiro; (iv) o objeto ou transação coberta; (v) a natureza do risco a ser coberto; (vi) a descrição da relação de cobertura; (vii) a demonstração da correlação entre o *hedge* e o objeto de cobertura; e (viii) a demonstração retrospectiva e prospectiva da efetividade do *hedge*. Adicionalmente, vide divulgação na nota explicativa 2.2.

A Companhia efetuou registro dos ganhos e perdas considerados como efetivos para fins do *hedge accounting* em conta específica no patrimônio líquido, até que o objeto de cobertura (item coberto) afete o resultado, momento no qual este ganho ou perda de cada instrumento designado deverá afetar o resultado na mesma rubrica que o item protegido (no caso, receita de vendas).

Em 31 de março de 2019, os impactos contabilizados no patrimônio líquido da Companhia e a estimativa de realização no resultado estão demonstrados a seguir:

Contrato de financiamentos	Exercício de realização				Total Geral
	2019	2020	2021	2022	
Crédito à Exportação	(74.323)	(6.376)	(4.137)	(349)	(85.185)
Aquisição de Imobilizado	(1.525)	-	-	(203)	(1.728)
Efeito no patrimônio líquido	<u>(75.848)</u>	<u>(6.376)</u>	<u>(4.137)</u>	<u>(552)</u>	<u>(86.913)</u>

Abaixo demonstramos a movimentação dos saldos em outros resultados abrangentes durante o período:

	<u>31.03.2019</u>	<u>31.03.2018</u> (reapresentado)
No início do exercício	(108.876)	(15.926)
Alteração no regime de tributação	-	(8.205)
Saldo após alteração do regime de tributação	(108.876)	(24.131)
Varição do valor justo de <i>hedge</i> de fluxo de caixa	(3.158)	(3.367)
Valores eficazes transferidos para a demonstração do resultado	<u>25.121</u>	<u>1.366</u>
Total das movimentações ocorridas no período	<u>21.963</u>	<u>(2.001)</u>
No final do período	<u><u>(86.913)</u></u>	<u><u>(26.132)</u></u>

24 Remuneração dos administradores

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, contemplando as modificações nas práticas contábeis introduzidas pela Lei nº 11.638/07, e com o Estatuto Social da Companhia, é responsabilidade dos acionistas, em Assembleia Geral, fixar o montante global da remuneração anual dos administradores.

A remuneração (fixa e variável) dos diretores e conselheiros no período foi a seguinte:

	<u>Controladora e Consolidado</u>	
	31.03.2019	31.03.2018
Remuneração de conselheiros		
Remuneração fixa	(402)	(338)
Remuneração da diretoria		
Remuneração fixa	(647)	(988)
Remuneração variável	(1.822)	(1.268)
Multas contratuais		
Encargos sociais	<u>(226)</u>	<u>(320)</u>
	<u><u>(3.097)</u></u>	<u><u>(2.914)</u></u>

A Companhia não concede benefícios pós-emprego e benefícios de rescisão de contrato de trabalho.

25 Receita líquida de vendas

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2019	31.03.2018	31.03.2019	31.03.2018
Receita bruta de vendas e serviços	345.922	296.479	346.517	305.789
Variação cambial (<i>Hedge</i> fluxo de caixa)	(25.121)	(1.366)	(25.121)	(1.366)
(-) Devoluções e abatimentos	-	-	(168)	(17)
(-) Impostos sobre vendas	(13.251)	(15.406)	(13.968)	(15.927)
Receita líquida de vendas e serviços	307.550	279.707	307.260	288.479

26 Despesas por natureza

Apresentamos a seguir, segregação por natureza, dos custos e das despesas apresentadas na demonstração do resultado de acordo com sua função:

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2019	31.03.2018	31.03.2019	31.03.2018
Custos variáveis e gastos indiretos de produção	(36.020)	(35.771)	(23.318)	(35.930)
Matéria-prima	(165.087)	(145.733)	(165.087)	(145.733)
Variação do valor justo dos ativos biológicos e produto agrícola	77.029	52.074	94.680	71.164
Realização do valor justo dos ativos biológicos	(121.848)	(89.263)	(121.848)	(89.263)
Despesas com pessoal	(24.509)	(22.543)	(24.624)	(22.573)
Plano com opção de ações	-	(34)	-	(34)
Remuneração dos administradores	(3.097)	(2.914)	(3.097)	(2.914)
Manutenções, reparos e serviços de terceiros	(24.958)	(20.706)	(25.150)	(20.735)
Depreciações e amortizações	(16.723)	(11.586)	(16.044)	(12.226)
Fretes, comissões e despesas portuárias	(7.667)	(5.544)	(7.667)	(5.545)
Resultado na venda e baixas de bens do imobilizado	1.075	(100)	2.667	(100)
Reversão de (perda) por redução ao valor recuperável de recebíveis	62	18	(174)	18
Provisão para perdas estimadas de estoques	39	32	39	32
Reversão de <i>impairment</i> de ativos	-	163	-	163
Provisões não recorrentes	(1.643)	(306)	(1.643)	(150)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas (i)	699	(5.055)	634	(6.161)
	(322.648)	(287.268)	(290.632)	(269.987)

Tais valores estão apresentados na demonstração do resultado do período nas seguintes rubricas:

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2019	31.03.2018	31.03.2019	31.03.2018
Custo dos produtos vendidos	(253.947)	(231.780)	(241.249)	(232.341)
Variação do valor justo dos ativos biológicos e produtos agrícolas	77.029	52.074	94.680	71.164
Realização do valor justo dos ativos biológicos	(121.848)	(89.263)	(121.848)	(89.263)
Despesas com vendas	(7.648)	(5.541)	(7.648)	(5.541)
Despesas gerais e administrativas, incluindo armazenagem	(11.002)	(11.337)	(11.630)	(11.977)
Honorários da administração	(3.097)	(2.914)	(3.097)	(2.914)
Reversão de perda por redução ao valor recuperável de recebíveis	62	18	(174)	18
Outras receitas (despesas) operacionais	(2.197)	1.475	334	867
	(322.648)	(287.268)	(290.632)	(269.987)

27 Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2019	31.03.2018	31.03.2019	31.03.2018
Receitas financeiras				
Rendimentos de aplicações financeiras	19	32	19	62
Ajuste a valor presente de recebíveis	10	17	10	285
Juros ativos	131	6.417	364	6.623
Variações monetárias ativas	18	895	18	895
Descontos obtidos	288	2.036	288	2.036
	466	9.397	699	9.901
Despesas financeiras				
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(17.904)	(20.935)	(17.983)	(21.017)
Juros sobre arrendamentos	(3.706)	-	(3.706)	-
Juros passivos e multa de mora (i)	(4.492)	(2.160)	(1.688)	(1.046)
Variações monetárias passivas	(1.377)	(1.145)	(1.511)	(1.145)
Ajuste a valor presente de fornecedores de insumos	(3.697)	(3.050)	(3.697)	(3.050)
IOF	(540)	(281)	(542)	(299)
Amortização de custos de captação	(738)	(889)	(738)	(889)
Outras despesas	(657)	(438)	(723)	(444)
	(33.111)	(28.898)	(30.588)	(27.890)

Derivativos, líquidos				
Ganho com instrumentos financeiros derivativos	4.468	472	4.468	472
Perda com instrumentos financeiros derivativos	(786)	-	(786)	-
	<u>3.682</u>	<u>472</u>	<u>3.682</u>	<u>472</u>
Variações cambiais, líquidas (ii)				
Variações cambiais ativas	(3.775)	19.633	(3.775)	19.646
Variações cambiais passivas	3.427	(15.157)	3.427	(15.192)
	<u>(348)</u>	<u>4.476</u>	<u>(348)</u>	<u>4.454</u>
Resultado financeiro	<u>(29.311)</u>	<u>(14.553)</u>	<u>(26.555)</u>	<u>(13.063)</u>

- (i) Refere-se substancialmente a multas e juros sobre tributos a recolher e parcelamentos tributários, juros sobre fornecedores e adiantamento de clientes. Adicionalmente, na controladora, inclui juros sobre operações de mútuo com partes relacionadas.

28 Transações que não afetaram o caixa e equivalentes de caixa

A seguir relacionamos as transações no período que não afetaram o caixa e equivalentes de caixa:

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2019	31.03.2018	31.03.2019	31.03.2018
Compensação de tributos a recolher com saldos a recuperar	5.369	1.025	6.052	1.264
Venda de ativos a prazo	1.472	761	7.081	761
Aquisição de imobilizado financiado	1.012	1.223	1.012	1.225

29 Resultado por ação

A tabela a seguir reconcilia o resultado e a média ponderada do valor por ação utilizado para o cálculo do (prejuízo) lucro básico e do (prejuízo) lucro diluído por ação.

	Consolidado	
	31.03.2019	31.03.2018 (reapresentado)
(Prejuízo) Lucro utilizado na apuração do (prejuízo) lucro básico e diluído por ação	(5.324)	39.160
Quantidade de ações no período (em milhares) - média ponderada do período	<u>17.914</u>	<u>17.914</u>
(Prejuízo) Lucro por ação - básico e diluído (R\$)	<u>(0,2972)</u>	<u>2,1860</u>

30 Compromissos (Consolidado)

a. Vendas futuras

Os compromissos futuros existentes em 31 de março de 2019 referem-se a Companhia e a controlada TS Brasil S.A., como segue:

Consolidado								
Produto	Data de Entrega	Quantidade	Contratos	Unidade	Moeda	Frete	Preço	Montante
Safra 17/18								
Algodão em Pluma	Out a Dez/18	1.169	4	LP	DÓLAR	CIF	0,78	2.013,03
Algodão em Pluma	Jan a Mar/19	1.004	4	LP	DÓLAR	CIF	0,80	1.770,29
Algodão em Pluma	Abr a Jun/19	133	1	LP	DÓLAR	CIF	0,74	214,99
Milho em Grãos	Out a Dez/18	2.237	3	SC	REAL	FOB	17,21	38,51
Safra 18/19								
Algodão em Pluma	Jul a Set/19	6.508	12	LP	DÓLAR	CIF	0,79	11.293,47
Algodão em Pluma	Jul a Set/19	5.427	5	LP	DÓLAR	FOB	0,73	8.735,67
Algodão em Pluma	Out a Dez/19	17.957	20	LP	DÓLAR	CIF	0,81	32.145,26
Algodão em Pluma	Out a Dez/19	6.091	2	LP	DÓLAR	FOB	0,71	9.538,94
Algodão em Pluma	Jan a Mar/20	9.329	2	LP	DÓLAR	CIF	0,81	16.652,87
Milho em Grãos	Jul a Set/19	148.000	13	SC	REAL	FOB	19,95	2.952,60
Milho em Grãos	Out a Dez/19	3.000	1	SC	REAL	FOB	20,00	60,00
Milho Pipoca	Jul a Set/19	11.497	1	SC	REAL	FOB	45,00	517,37
Soja em Grãos	Jan a Mar/19	5	1	SC	DÓLAR	CIF	17,10	0,09
Soja em Grãos	Jan a Mar/19	861	1	SC	DÓLAR	FOB	A Fixar	-
Soja em Grãos	Jan a Mar/19	19.009	7	SC	DÓLAR	FOB	17,45	331,71
Soja em Grãos	Jan a Mar/19	167	1	SC	REAL	FOB	64,00	10,66
Soja em Grãos	Abr a Jun/19	5.000	1	SC	DÓLAR	FOB	17,80	89,00
Caroço de Algodão	Jul a Set/19	1.250	1	TON	DÓLAR	CIF	202,00	252,50
Caroço de Algodão	Jul a Set/19	25.634	10	TON	REAL	FOB	329,92	8.457,18
Caroço de Algodão	Out a Dez/19	14.666	3	TON	REAL	FOB	269,32	3.949,82
Caroço de Algodão	Out a Dez/19	3.750	1	TON	DÓLAR	CIF	202,00	<u>757,50</u>
					DÓLAR (iii)			83.795,32
					REAL			15.986,14

(i) Não entrega de 1.169 e 1.004 ton de algodão em pluma referente ao 4º trimestre de 2018 e 1º trimestre de 2019, respectivamente, devido a dificuldades de logística por parte do cliente. O produto estava disponível para embarque conforme data contratual. Não há nenhuma penalidade para a Companhia.

(ii) Não entrega de 2.237 ton de milho em grãos referente ao 4º trimestre de 2018, devido a dificuldades logísticas e fluxo operacional de recebimento por parte do cliente. Os embarques foram interrompidos na primeira semana de janeiro de 2019 e foi negociado com o cliente a retirada após conclusão da colheita de soja. Os produtos foram entregues em abril de 2019. Não há nenhuma penalidade para a Companhia.

(iii) Em 31 de março de 2019, o montante em dólar equivale a R\$ 326.525.

31 Cobertura de seguros

A Companhia e suas controladas mantêm apólices de seguro contratadas junto a algumas das principais seguradoras do país, que foram definidas por orientação de especialistas e levam em consideração a natureza e o grau de risco envolvido. Em 31 de março de 2019, a Companhia possuía cobertura de seguros contra incêndio e riscos diversos para os bens do ativo imobilizado, conforme demonstrado abaixo:

	Valor segurado
Responsabilidade civil	85.595
Riscos diversos - Imobilizado	<u>196.177</u>
	<u><u>281.772</u></u>

32 Informações por segmento

A Administração da Companhia definiu o segmento agrícola como o único segmento operacional e explora as atividades agrícolas com destaque para as culturas de soja, milho e algodão, baseando-se nos relatórios utilizados pela Diretoria Executiva da Companhia e pelo Conselho de Administração, os quais são os principais tomadores de decisões operacionais e estratégicas. As metas e avaliações de desempenho são definidas e acompanhadas considerando o segmento como um todo.

O segmento agrícola abrange, principalmente, a produção e comercialização de soja, milho e algodão cujas atividades consistem basicamente em: cultivo de produtos agrícolas e sua comercialização e beneficiamento de algodão em caroço.

A Companhia apresenta a receita líquida de vendas obtida na comercialização de seus produtos nos mercado interno e externo, como segue:

	<u>Consolidado</u>	
	31.03.2019	31.03.2018
Mercado interno	64.915	146.623
Mercado externo	<u>242.345</u>	<u>141.856</u>
Receita líquida de vendas e serviços	<u><u>307.260</u></u>	<u><u>288.479</u></u>

A receita líquida de vendas, por segmento geográfico, elaboradas de acordo com o país de destino da receita, são assim representadas:

	<u>Consolidado</u>	
	31.03.2019	31.03.2018
Brasil	80%	83%
Europa	14%	12%
Ásia	2%	2%
América do Norte	<u>4%</u>	<u>3%</u>
Total	<u><u>100%</u></u>	<u><u>100%</u></u>

O detalhamento da receita líquida de vendas por produto é apresentada a seguir:

	Consolidado	
	31.03.2019	31.03.2018
Soja	240.868	210.284
Milho	830	43
Algodão em pluma	85.947	70.476
Caroço de algodão	1.262	2.622
Revenda de produtos	3.474	6.420
Variação cambial (<i>Hedge</i> fluxo de caixa)	(25.121)	(1.366)
Total	<u>307.260</u>	<u>288.479</u>

Os principais clientes da Companhia que individualmente representaram 10% ou mais das receitas totais são como segue:

	Consolidado	
	31.03.2019	31.03.2018
Bunge Alimentos S.A.	27%	34%
ADM do Brasil Ltda.	14%	19%
Amaggi Exportação e Importação Ltda	14%	17%

33 Eventos subsequentes

Em 09 de abril de 2019, a Companhia informa que concluiu o processo de reestruturação de suas dívidas financeiras com os Bancos Itaú BBA S.A. e Bradesco S.A.

Com a reestruturação, que compreende cerca de 59% da dívida bancária da Companhia, junto ao Banco Itaú BBA e Banco Bradesco, a Companhia obteve o alongamento no prazo de pagamento de principal para 7 anos, isto é, até 2025, com redução em um ponto percentual em seu custo financeiro.

Em 29 de abril de 2019, a Assembleia Geral Extraordinária aprovou a proposta de aumento de capital social da Companhia, no valor de R\$ 50.000, mediante a emissão privada de 3.700.963 (três milhões, setecentas mil, novecentas e sessenta e três) novas ações ordinárias, ao preço de emissão de R\$ 13,51 (treze reais e cinquenta e um centavos) por ação, bem como a emissão de 7.401.926 (sete milhões, quatrocentos e um mil, novecentos e vinte e seis) bônus de subscrição, que serão conferidos como vantagem adicional aos subscritores das novas ações emitidas.

Os recursos captados junto aos acionistas ingressarão no caixa da Companhia até o encerramento do segundo trimestre de 2019.

O aumento de capital tem por objetivos principais: (i) criar os meios para a concretização da renegociação de dívidas da Companhia, sendo condição para a efetivação dos termos

negociados com seus credores relevantes, (ii) equalizar sua estrutura de capital, reduzindo significativamente sua alavancagem, e (iii) reforçar o capital de giro da Companhia.